

**CAPITÃO QOPM VALDIR CANDIDO DE SOUSA**

**DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS  
COMANDANTES DE DESTACAMENTOS DA ÁREA DO 8º BPM**

Trabalho monográfico apresentado por exigência curricular do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em convênio com a Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Planejamento em Segurança Pública.

Orientadora Metodológica: Professora Dr<sup>a</sup>. Sônia  
Maria Breda

Orientador de Conteúdo: Maj. QOPM Virgulino  
Alves da Silveira

**SÃO JOSÉ DOS PINHAIS  
2011**

Dedico esta obra a todos aqueles que,  
membros ou não dessa honrada Corporação, buscam  
melhores condições de trabalho na Polícia Militar do  
Paraná, tanto no âmbito operacional  
como no âmbito administrativo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela possibilidade concedida na execução desse trabalho;

Agradeço ao Major QOPM Virgulino Alves da Silveira, que orientou a presente pesquisa;

Agradeço à Professora Sônia Maria Breda, pela dedicação e valiosa orientação metodológica;

Agradeço a todos que de uma forma ou de outra colaboraram nesta empreitada.

## RESUMO

Estuda os problemas enfrentados pelos comandantes de Destacamentos Policiais Militares da área do 8º BPM. Objetiva Identificar e trazer a lume os problemas de maior incidência enfrentados pelos comandantes dos destacamentos policiais militares da área do 8º BPM (Oitavo Batalhão de Polícia Militar) e disponibilizar fonte de consulta oficial do assunto, bem como fornecer subsídios para decisões a serem adotadas pelos escalões superiores da Corporação e consequentemente pelos escalões de governo. Estudo descritivo, realizado com pesquisa de campo, por meio de questionário aos 27 comandantes de DPM da área do 8º BPM. Na pesquisa constatou-se que os problemas que afetam com maior intensidade a atividade policial militar nos DPM são a defasagem de efetivo, a Insuficiência de recursos e a falta de sede própria. Verificou-se a necessidade de programas governamentais para recomposição do efetivo, a necessidade de melhoria do sistema de disponibilização de serviços e recursos financeiros para os DPM, bem como a necessidade de implementação de um programa estadual voltado para a construção de prédios próprios para as sedes dos DPM.

**Palavras-chave:** Polícia Militar do Paraná. Oitavo Batalhão. Comandantes de Destacamentos. Diagnóstico. Prognóstico. Problemas.



## ABSTRACT

Studies the problems faced by the Military Police detachment commander of the 8th Battalion area. Objective To identify and bring to light the problems of higher incidence faced by commanders of detachments military police in the area of 8th Battalion (Eighth Military Police Battalion) and provide a source of official consultation on the subject, as well as provide input for decisions to be taken by ranks the Corporation and therefore higher levels of the government. Descriptive study, carried out field research, through a questionnaire to 27 commanders in the area of DPM 8th Battalion. In the survey it was found that the problems that affect more military police activity in the DPM is the effective gap, inadequate resources and lack of its own headquarters. There is a need for government programs for the effective restoration, the need to improve the system for provision of services and funding for the DPM, as well as the need to implement a state program aimed at building their own buildings for headquarters of DPM.

**Keywords:** Military Police of Paraná. Eighth Battalion. Detachment commander. Diagnosis. Prognosis. Problems.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	PROPORÇÃO DOS COMANDANTES DE DPM QUE RESPONDERAM QUE TÊM OU TIVERAM ALGUMA DIFICULDADE COM O ABASTECIMENTO DE VIATURAS.....	37
GRÁFICO 2	PROPORÇÃO DE PRÉDIOS ONDE ESTÃO INSTALADAS AS SEDES DOS DPM DA ÁREA DO 8º BPM.....	39
GRÁFICO 3	PROPORÇÃO DOS COMANDANTES DE DPM QUE RESPONDERAM QUE TÊM OU TIVERAM ALGUMA DIFICULDADE EM RELAÇÃO À ESTRUTURA FÍSICA DO PRÉDIO DO DPM.....	43
GRÁFICO 4	PROPORÇÃO DOS COMANDANTES DE DPM QUE RESPONDERAM JÁ TER ENFRENTADO ALGUMA DIFICULDADE EM RELAÇÃO A EVENTOS (SHOWS, RODEIOS E BAILES) REALIZADOS DE FORMA IRREGULAR.....	51
GRÁFICO 5	PROPORÇÃO DOS COMANDANTES DE DPM QUE RESPONDERAM TER ENFRENTADO DIFICULDADE EM RAZÃO DE INTERFERÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA LOCAL NO SERVIÇO POLICIAL.....	55

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	DIFICULDADES GERADAS EM RAZÃO DA DEFASAGEM DE EFETIVO NA OPINIÃO DOS CMT DE DPM DA ÁREA DO 8º BPM.....	32
TABELA 2 -	MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM DA ÁREA DO 8º BPM PARA.. SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES GERADAS EM RAZÃO DA DEFASAGEM DE EFETIVO.....	33
TABELA 3 -	DIFICULDADES APONTADAS PELOS CMT DE DPM DA ÁREA DO 8ºBPM EM RELAÇÃO AO ABASTECIMENTO DE VIATURAS.....	37
TABELA 4 -	MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM DA ÁREA DO 8ºBPM PARA SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO ABASTECIMENTO DE VIATURAS.....	38
TABELA 5 -	DIFICULDADES APONTADAS PELOS CMT DE DPM EM RAZÃO DA SEDE DO DPM NÃO ESTAR INSTALADA EM PRÉDIO PRÓPRIO DA POLÍCIA MILITAR...	40
TABELA 6 -	MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM PARA SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES EM RAZÃO DA SEDE DO DPM NÃO ESTAR INSTALADA EM PRÉDIO PRÓPRIO DA POLÍCIA MILITAR.....	41
TABELA 7 -	DIFICULDADES APONTADAS PELOS CMT DE DPM EM RELAÇÃO A EVENTOS REALIZADOS DE FORMA IRREGULAR, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU SEM CONSULTA ÀS AUTORIDADES COMPETENTES.....	52
TABELA 8 -	MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM PARA SOLUCIONAR E MINIMIZAR AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO A EVENTOS REALIZADOS DE FORMA IRREGULAR, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU SEM CONSULTA ÀS AUTORIDADES COMPETENTES.....	53
TABELA 9 -	DIFICULDADES APONTADAS PELOS CMT DE DPM EM RELAÇÃO À INTERFERÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA LOCAL NO SERVIÇO POLICIAL.....	56
TABELA 10 -	MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM PARA SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO À INTERFERÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA LOCAL NO SERVIÇO POLICIAL.....	57

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA</b>	14
<b>3 JUSTIFICATIVA</b>	15
<b>4 OBJETIVOS</b>	16
4.1 OBJETIVO GERAL	16
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
<b>5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	17
5.1 PREVISÃO LEGAL E DOCTRINÁRIA DA MISSÃO DAS POLÍCIAS MILITARES	17
5.2 ÁREAS DE RESPONSABILIDADE E DESDOBRAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	18
5.3 DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COMANDANTE DE DESTACAMENTO POLICIAL MILITAR	19
5.4 IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO PARA A TOMADA DE DECISÕES	21
<b>6 METODOLOGIA</b>	22
<b>7 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	31
7.1 EXPOSIÇÃO DA PRIMEIRA QUESTÃO PROPOSTA	31
7.2 EXPOSIÇÃO DA SEGUNDA QUESTÃO PROPOSTA	33
7.3 EXPOSIÇÃO DA TERCEIRA QUESTÃO PROPOSTA	34
7.4 EXPOSIÇÃO DA QUARTA QUESTÃO PROPOSTA	35
7.5 EXPOSIÇÃO DA QUINTA QUESTÃO PROPOSTA	36
7.6 EXPOSIÇÃO DA SEXTA QUESTÃO PROPOSTA	39
7.7 EXPOSIÇÃO DA SÉTIMA QUESTÃO PROPOSTA	42
7.8 EXPOSIÇÃO DA OITAVA QUESTÃO PROPOSTA	44
7.9 EXPOSIÇÃO DA NONA QUESTÃO PROPOSTA	45
7.10 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUESTÃO PROPOSTA	45
7.11 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA PRIMEIRA QUESTÃO PROPOSTA	46
7.12 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA SEGUNDA QUESTÃO PROPOSTA	47
7.13 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA TERCEIRA QUESTÃO PROPOSTA	48
7.14 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUARTA QUESTÃO PROPOSTA	49
7.15 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUINTA QUESTÃO PROPOSTA	49

7.16 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA SEXTA QUESTÃO PROPOSTA.....	50
7.17 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA SÉTIMA QUESTÃO PROPOSTA.....	54
7.18 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA OITAVAQUESTÃO PROPOSTA.....	55
7.19 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA NONA QUESTÃO PROPOSTA.....	57
<b>8 CONCLUSÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em razão do dispositivo constitucional previsto na Carta Magna, a segurança pública é exercida por vários órgãos com a finalidade da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. De tal maneira que vem a se constituir um sistema de segurança pública, cabendo às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública em seus respectivos Estados e Distrito Federal.

Nesse contexto, a Polícia Militar do Paraná, responsável pelo cumprimento da já mencionada missão constitucional no território paranaense, embora seja personificada como um ente público estadual, promove, no intuito de servir à sua população, por meio de articulação e desdobramento próprios, a distribuição do seu efetivo, de tal forma que hoje está presente nos 399 municípios do Estado do Paraná.

Saliente-se que a Polícia Militar do Paraná, para desenvolver as atividades de segurança pública, enfrenta, como todas as outras corporações congêneres, desafios dos mais variados, frente às demandas que o dever legal lhe impõe. Por vezes, esses desafios se constituem em dificuldades e problemas, os quais se apresentam na esfera municipal, seja na grande ou na pequena cidade, o que exige constantes estudos a fim de subsidiar a tomada de medidas e ações necessárias ao enfrentamento de tais óbices. Entretanto, os estudos dos problemas inerentes ao desenvolvimento das atividades de segurança pública têm se concentrado, em virtude de justificável volume e demanda, nas grandes cidades, o que geralmente não ocorre em relação aos municípios de pequeno porte.

Há que se ressaltar que, de acordo com a articulação e o desdobramento das Unidades da Polícia Militar, as cidades nas quais o comando das atividades policiais-militares está a cargo de oficiais são minoria, pois tal comando é exercido geralmente em cidades de maior porte, o que faz com que na maioria das cidades paranaenses, que são as de pequeno porte, o comando das atividades policiais-militares esteja sob a responsabilidade de praças graduados, em sua maioria

sargentos, os quais exercem a função de comandantes de DPM (destacamento policial militar).

Dessa forma, em cada um dos municípios onde esses graduados exercem o comando das atividades de polícia militar, os problemas inerentes à atividade recaem primeiramente, e muitas vezes exclusivamente, sobre o comandante do DPM, pois naquelas comunidades é ele quem efetivamente exerce a maior autoridade policial-militar.

Assim, o presente estudo propôs uma abordagem com a finalidade de conhecer e trazer, a lume, os problemas de maior incidência enfrentados pelos comandantes dos destacamentos policiais militares da área do 8º BPM (Oitavo Batalhão de Polícia Militar) e que, por vezes, reflete a realidade também enfrentada por comandantes de destacamentos dos demais municípios de mesmo porte no Estado do Paraná.

## **2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA**

Os policiais militares comandantes de destacamentos no desempenho de suas funções enfrentam, frequentemente, problemas de diversas ordens, tanto administrativa, quanto operacional. Geralmente, muitos desses problemas são resolvidos ou minimizados sem que sequer chegue ao conhecimento do escalão superior imediato desse comandante destacado, uma vez que em alguns casos devido à distância do comando imediato, dificuldades de comunicação, ou mesmo a premência da decisão obriga o policial destacado a ter iniciativa e agir de maneira autônoma, contudo sem comprometer a hierarquia e a disciplina.

Há ainda que ser considerado o fato de que alguns fatores, dentre outros a ausência de outros órgãos do sistema de segurança nesses pequenos municípios, a realização de eventos públicos de maneira irregular, bem como o incremento de atividades bancárias em casas lotéricas e agências dos Correios, oneram a segurança pública, o que passa a contribuir sobremaneira para o aumento das dificuldades enfrentadas pelos comandantes de destacamentos policiais militares.

Nesse sentido, o estudo em questão objetivou identificar os problemas de maior incidência com os quais se deparam constantemente os policiais militares comandantes dos destacamentos circunscritos aos municípios da área do 8º BPM, problemas esses que por vezes são comuns a outros comandantes de DPM de outros municípios de pequeno porte do Estado do Paraná.



### 3 JUSTIFICATIVA

O estudo decorreu da necessidade de a Polícia Militar do Paraná conhecer os problemas enfrentados pelos praças graduados que estão no exercício da função de comandante de destacamento policial militar, pois isso ocorre na maioria dos municípios do Estado do Paraná, por serem municípios de pequeno porte, sendo que são poucos os municípios paranaenses em que oficiais policiais militares estão no comando direto das atividades policiais-militares, ainda que se considere o fato de esses municípios serem de grande porte, são minoria.

Saliente-se que é de grande importância a obtenção de um diagnóstico que fomenta o estudo acerca dos reflexos profissionais e pessoais relacionados aos problemas objeto do estudo, bem como fomenta estudo com o fito de propor soluções a serem adotadas pelos escalões superiores da Corporação e consequentemente pelos escalões de governo.

Nesse diapasão, é necessário ressaltar que a produção do conhecimento acerca de questões como as que foram objeto de estudo é de vital importância na busca de ferramentas para a tomada de decisões.

A motivação para a abordagem do tema abordado ocorreu também em virtude de o autor exercer por alguns anos a função de comandante de companhia, tendo exercido o comando de vários comandantes de destacamentos e pelos quais foram feitos relatos de muitos problemas enfrentados no desenvolvimento das atividades afetas ao comando em seus respectivos destacamentos.

## **4 OBJETIVOS DO ESTUDO**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Constitui objetivo geral do estudo:

- Analisar os problemas enfrentados pelos comandantes de destacamentos da área do Oitavo Batalhão de Polícia Militar, visando subsidiar as ações dos comandantes de unidades e subunidades.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Constituem objetivos específicos do estudo:

- Identificar os problemas enfrentados pelos comandantes de destacamentos da área do Oitavo Batalhão de Polícia Militar.

- Apontar os problemas administrativos e operacionais de maior incidência, enfrentados pelos comandantes de destacamentos da área do Oitavo Batalhão de Polícia Militar.

- Apontar as soluções para os problemas identificados.

## 5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 5.1 PREVISÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DA MISSÃO DAS POLÍCIAS MILITARES

A Polícia Militar como responsável pela ordem pública executa sua atividade com o objetivo de prevenir e reprimir quando necessário qualquer ato que atente contra a ordem social estabelecida legalmente.

A base jurídica que fundamenta a existência da Polícia Militar está na Constituição Federal:

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...] § 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Destarte, as polícias militares são responsáveis pela execução da polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública, o que é corroborado pela Constituição Estadual do Paraná, que dispõe em seu art. 48:

À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Nesse mesmo sentido, o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1983, prevê que compete às polícias militares “executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas e os casos estabelecidos em legislação específica, o policiamento ostensivo, fardado planejado pelas autoridades policiais competentes,

a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos”.

Além dos dispositivos legais acima mencionados, a fundamentação para as atividades de polícia também está contemplada nos institutos jurídicos de Direito Administrativo. E sobre a competência das polícias militares, Lazzarini (1999, p.61) afirma o seguinte:

[...] Às Polícias Militares, instituídas para o exercício da polícia ostensiva e preservação da ordem pública (art. 144, § 5º), compete todo o universo policial, que não seja atribuição constitucional prevista para os demais seis órgãos elencados no mesmo art. 144 da Constituição da República vigente. No tocante à preservação da ordem pública, com efeito, às Polícias Militares não só cabe o exercício da polícia ostensiva, cabendo-lhe também a competência residual de exercício de toda atividade policial de segurança pública não atribuída aos demais órgãos.

## 5.2 ÁREAS DE RESPONSABILIDADE E DESDOBRAMENTO DA POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar do Paraná para executar de forma efetiva em seu território a atividade que lhe é inerente, em razão da missão legal, conta com áreas de responsabilidade e desdobramentos próprios que possibilitam a distribuição do efetivo policial em todo o Estado do Paraná, conforme dispõe a Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, Lei de Organização Básica, LOB:

**Art. 51.** O Estado será dividido em áreas, em função das necessidades decorrentes das missões normais de Polícia Militar e das características regionais; essas áreas serão atribuídas à responsabilidade total dos batalhões ou companhias independentes de Polícia Militar.

**§ 1º.** Cada área de batalhão de Polícia Militar será dividida em subáreas atribuídas às companhias de Polícia Militar subordinadas; as subáreas, por sua vez, serão divididas em setores de responsabilidade de pelotões de Polícia Militar.

**§ 2º.** [...]

**§ 3º.** [...]

**Art. 52.** A organização e o efetivo de cada OPM operacional será em função das necessidades, das características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas das áreas, subáreas ou setores de responsabilidade.

**§ 1º.** Um batalhão (regimento) de Polícia Militar terá de 2 (duas) a 6 (seis) companhias (esquadrões) e elementos de comando e serviços; uma companhia terá de dois a seis pelotões e elementos de comando e serviços; um pelotão terá de dois a seis grupos; **um grupo será constituído de um sargento e três soldados, no mínimo.** [sem grifo no original]

**§ 2º.** [...]

**Art. 53.** A cada município que não seja sede de BPM, Cia PM ou Pel PM, corresponderá um **Destacamento Policial-Militar (Dst PM), constituído de, pelo menos, um Grupo de Polícia Militar.** [sem grifo no original]

### 5.3 DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COMANDANTE DE DESTACAMENTO POLICIAL MILITAR

Em função do desdobramento em conformidade com dispositivo legal, a Polícia Militar do Paraná distribui o seu contingente de maneira com que seja possível estar presente em todos os municípios do Estado, feito esse que dificilmente ocorre com as demais instituições, o que faz com que em alguns municípios a Polícia Militar seja a única instituição do Estado. Nesse sentido Teza (1996, p. 95) afirma:

As Polícias Militares de todo Brasil talvez sejam as únicas instituições que possuem representação, por intermédio de seus integrantes, junto a todos os municípios, sem exceção. Pode-se afirmar que, em muitos deles, o Policial Militar seja o único representante do Estado Legal.

Com efeito, a ausência de outros órgãos do aparato estatal nos municípios de pequeno porte faz com que o trabalho da Polícia Militar seja sobrecarregado, recaindo diretamente no comandante de DPM o ônus de administrar essas atividades residuais. Sobre essa situação Teza (1996, p. 95) destaca:

Inobstante as dificuldades quase sempre enfrentadas, as Polícias Militares desempenham sua missão constitucional de polícia ostensiva e de preservação da Ordem Pública, exigindo um desdobramento quase desumano do policial militar para dar cabo de sua missão, justamente por ser na maior parte dos municípios de pequeno porte o único órgão de socorro existente.

Além dessa sobrecarga em função da mencionada ausência de outras instituições estatais, outros fatores vêm onerando a atividade policial-militar nos municípios de pequeno porte, dentre os quais pode ser citado o aumento da realização de eventos de forma irregular, sem que sejam cumpridos os requisitos para autorização. Acerca desses eventos Teza (2005, p.11) discorre:

[...] temos ainda os empreendimentos eventuais, aqueles relacionados a eventos temporais (passageiros), tais como shows artísticos e culturais, disputas esportivas, feiras, congressos, dentre outros, onde inclusive sempre a instituição policial militar é "convocada" para realizar o

“policciamento”, porém não a permitem ser a verdadeira polícia ostensiva participando de cada passo do processo autorizativo para a realização do evento.

Fatores comportamentais da população como situações envolvendo perturbação do sossego alheio também têm contribuído para o aumento da sobrecarga da atividade da Polícia Militar nos pequenos municípios. Nesse contexto Bastianello e Silva (2005, p.19) afirmam:

A intranquilidade gerada pela ausência de sossego causa tensões, desvios sociais, disputas e conflitos, desequilibrando as relações interpessoais, expandindo o individualismo e segregando os mais fracos.

Há também que serem considerados os fatores relacionados às estruturas físicas dos prédios dos destacamentos policiais militares, pois a precariedade das instalações além de gerar dificuldades para o atendimento e prestação de serviços ao público, influenciam também na motivação dos policiais-militares que utilizam diariamente essas instalações. Nesse sentido Pepe (2004, p. 2) assevera:

Não se pode exigir resultados de uma equipe se esta não tiver um mínimo de comodidade e de condições para realizar suas necessidades básicas. Mas se acredita que quanto melhor e mais bem atendidas estas necessidades tanto melhor será o desempenho de uma equipe. O ambiente de trabalho é constituído de duas partes distintas: a física (instalações, móveis, decoração etc) e a social (as pessoas que o habitam).

Nesse aspecto, acerca do fator motivação relacionado ao ambiente de trabalho, Magalhães (1990, p.51 apud PEPE, 2004, p.2) afirma:

[...] influem no conforto social. Evidentemente, se tais elementos forem precários, ninguém trabalhará com moral elevado. Conforme a natureza do trabalho, exigir-se-á uma luminosidade, uma temperatura, um grau de umidade diferente, o que também deverá estar de acordo com a região onde se trabalha e a época do ano.

Ao lado desses fatores, a provável defasagem de efetivo policial, bem como a eventual escassez ou insuficiência de recursos também concorrem para dificultar as atividades de Polícia Militar em municípios de pequeno porte, o que, por vezes obriga o comandante de DPM a lançar mão da criatividade para contornar os efeitos dessas dificuldades. Em virtude do distanciamento geográfico e muitas vezes da necessidade de decisão imediata, age de maneira autônoma sem recorrer ao

escalão superior imediato. Nesse sentido, também há que considerar que, como bem assevera Valla (2004, p. 127), “quanto mais se desce na escala hierárquica da polícia, mais discricionário se é”.

#### 5.4 IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO PARA A TOMADA DE DECISÕES

Todas as questões que envolvem a atividade policial-militar devem ser de conhecimento dos administradores da Polícia Militar do Paraná, como é o caso quando se trata de questões relacionadas às dificuldades encontradas pelos representantes da linha de frente destacados em pequenos municípios, nos quais muitas dificuldades encontradas são resolvidas sem ter chegado ao conhecimento do escalão superior imediato. Dessa forma, para que se possa subsidiar a tomada de decisão se torna necessário o conhecimento das dificuldades recorrentes nesses casos. Nesse sentido, Woloszyn (2003, p. 24) afirma que “o conhecimento produzido deverá transformar-se em uma das variáveis para o planejamento estratégico nos campos administrativo e operacional”.

Nesse contexto, o conhecimento e a área de inteligência das instituições assumem papel de grande importância para a obtenção de informações imprescindíveis que possibilitem estudos acerca das realidades situacionais que por sua vez subsidiarão as ações dos gestores na tomada de decisões, como bem assevera novamente Woloszyn (2003, p. 24):

[...] a área de inteligência assume importância vital para a Brigada Militar, principalmente na elaboração de estudos no grau de estimativa e prospectiva, permitindo uma avaliação real dos diversos cenários, projetando soluções viáveis para a tomada de decisões.

Assim, constata-se que o processo decisório para a busca de soluções deve ser sempre precedido da obtenção do conhecimento dos cenários envolvidos, sob pena de se concentrar esforços e recursos que sem dúvida jamais produzirão resultados eficazes.

## 6 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente monografia, a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo utilizando-se de questionário de pesquisa com questões abertas e fechadas para a coleta de dados junto ao público alvo.

O público alvo foi composto pelos comandantes de destacamento dos municípios da área do Oitavo Batalhão de Polícia Militar, destacamentos esses em que a função de comandante é exercida por sargento.

Foram excetuados os municípios sedes de companhias e pelotões, onde as respectivas funções de comandantes ficam sob a responsabilidade de oficiais.

Como a pesquisa se restringiu aos 27 (vinte e sete) destacamentos policiais militares da área do 8º BPM, trata-se de uma base de referência em relação à totalidade dos destacamentos policiais militares da Polícia Militar do Paraná.

Para a pesquisa foram encaminhados questionários para os municípios de Amaporã, Atalaia, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Floraí, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Paraíso do Norte, Paranapoema, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Uniflor, todos sede de DPM da área do 8º BPM, e sobre os quais seguem abaixo descritos alguns dados e um breve histórico de cada um deles:

### Amaporã:

Breve histórico: O início do povoado do Município de Amaporã ocorreu em 1955 em função da cafeicultura. Outras culturas foram posteriormente introduzidas no Município, tais como algodão, batata doce, mandioca e soja. Possui atividade, também, na pecuária e na indústria de farinha de mandioca, fecularia e laticínio. Criado pela Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1961, e instalado em 12 de novembro do mesmo ano, desmembrando-se de Paranaíba. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 5.443 habitantes. (IBGE, 2011)

### Atalaia:

Breve histórico: A cidade de Atalaia foi fundada pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná em 1953. A ocupação e o povoamento se



desenvolveram devido à fertilidade de seu solo e a cultivo do café. A partir da década de 70, a cafeicultura foi sendo substituída pela agricultura mecanizada da soja, trigo e milho e pelos cultivos de cana-de-açúcar e algodão. Criado pela Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960, e instalado em 15 de novembro de 1961, desmembrando-se de Nova Esperança. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 3.913 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Cruzeiro do Sul:

Breve histórico: Em junho de 1952, a Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa colonizadora, iniciou a divisão de uma área formando um patrimônio no local onde, hoje, se encontra a sede do Município de Cruzeiro do Sul. Iniciando o povoamento, logo outras famílias de emigrantes chegaram em busca de novos horizontes ofertados pelas férteis terras, desenvolvendo, assim, rapidamente o Município. Criado pela Lei Estadual nº 2.548, de 26 de dezembro de 1955, e instalado em 14 de dezembro de 1956, foi desmembrando-se de Nova Esperança. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 4.563 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Diamante do Norte:

Breve histórico: O início do povoamento de Diamante do Norte tem marca no ano de 1953 quando a Companhia Colonizadora Toledo Pizza abriu uma gleba denominada Macuco. O fluxo de migrantes foi muito grande pela fertilidade das terras e pela necessidade de expandir a cultura cafeeira. A denominação de Diamante do Norte se deve ao nome de Diamante dado ao córrego próximo ao povoado, pelo fato de alguns moradores terem descoberto certas pedras (cristais de rocha) que alegavam ser diamantes. Criado pela Lei Estadual nº 4.788, de 29 de novembro de 1963, e instalado em 13 de dezembro de 1964, desmembrando-se de Nova Londrina. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 5.516 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Floraí:

Breve histórico: O desbravamento da região onde se localiza o Município de Floraí teve início entre 1946 e 1950. Aproveitando o solo rico, surgiu a cafeicultura, opção econômica dos pioneiros que se assentaram na região. O Município cresceu junto com o ciclo do café até a década de 70. A partir daí, veio o ciclo das lavouras mecanizadas com destaque para a soja. Mais recentemente, iniciou-se também o cultivo de cana-de-açúcar e um incremento significativo na pecuária. Criado pela Lei

Estadual nº 2.512, de 28 de novembro de 1955, e instalado em 15 de dezembro de 1956, desmembrando-se de Nova Esperança. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 5.050 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Guairaçá:

Breve histórico: Em 1946, o Município de Guairaçá teve o seu início, graças à localização privilegiada, às terras próprias para o plantio do café e, também, beneficiadas com o traçado da Estrada de Ferro. Os emigrantes atraídos pela expansão e cultivo do café vieram principalmente de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste. O nome Guairaçá representa uma homenagem ao filho de um dos pioneiros da região componente da Força Expedicionária Brasileira que morreu na Batalha de Monte Castelo, na Itália. Criado pela Lei Estadual nº 4245, de 21 de julho de 1960, e instalado em 27 de agosto do mesmo ano, desmembrando-se de Paranavaí. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 6.197 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Inajá:

Breve histórico: Criado pela Lei Estadual nº 4338, de 25 de janeiro de 1961, e instalado em 15 de novembro do mesmo ano, desmembrando-se do Município de Paranacity. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 2.988 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Itaúna do Sul:

Breve histórico: O nascimento da cidade se deu em maio de 1951, quando foi cravado o primeiro marco na mata virgem, significando a presença da civilização. A fertilidade do solo, o esquema de subdivisão agrária em pequenos lotes, a excelência do clima, o vigor e a eficiência dos pioneiros, contribuíram para a rápida formação do núcleo urbano. O nome de origem tupi-guarani significa "pedra dura". Criado pela Lei Estadual nº 4338, de 25 de janeiro de 1961, e instalado em 25 de maio do mesmo ano, desmembrando-se de Nova Londrina. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 3.583 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Jardim Olinda:

Breve histórico: Jardim Olinda nasceu de um loteamento instalado em outubro de 1956 em uma área de 8 alqueires paulistas com a denominação de Jarina, pertencente ao Município de Paranacity. Criado pela Lei Estadual nº 4844, de

06 de março de 1964, e instalado em 11 de dezembro do mesmo ano, desmembrando-se de Paranacity e Inajá. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 1.409 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Marilena:

Breve histórico: O início da colonização de Marilena ocorreu por volta de 1948 quando as empresas colonizadoras determinaram ao seu procurador legal a execução do loteamento onde se encontra a sede do Município. A região, de terra fértil e propícia ao plantio de café, foi desbravada por pessoas que vieram de toda a parte do País. Por grande respeito e consideração à esposa de um dos componentes da Empresa Colonizadora, foi dado nome de Marilena ao Município. Criado pela Lei Estadual nº 5678, de 19 de outubro de 1967, e instalado em 16 de janeiro de 1969, desmembrando-se de Nova Londrina. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 6.858 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Mirador:

Breve histórico: O Município de Mirador possui extensa área de terras distribuídas na sua maioria em grandes fazendas. Sua principal atividade econômica é a agropecuária, destacando-se notadamente a criação de gado bovino - corte e leite - seguida do cultivo de algodão e mandioca. Criado pela Lei Estadual nº 4338, de 25 de janeiro de 1961, e instalado em 13 de novembro do mesmo ano, desmembrando-se de Paranaíba, Jurema e Paraíso do Norte. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 2.327 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Nova Aliança do Ivaí:

Breve histórico: Criado pela Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, e instalado em 11 de novembro de 1961, desmembrando-se do Município de Paraíso do Norte. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 1.431 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Paraíso do Norte:

Breve histórico: Datam de 1949 as primeiras derrubadas da floresta existente para ocupação do espaço. Em uma área de 1.400 alqueires, passaram a ser demarcados lotes pequenos e que obedeciam a um plano de urbanização existente. Os primeiros pioneiros chegavam do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais; descendentes de italianos, espanhóis, alemães, japoneses, portugueses, sírio libaneses, turcos, etc., atraídos pela fertilidade do solo

e pelo início do ciclo expansionista do café. Criado pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi instalado oficialmente em 27 de novembro de 1955, desmembrando-se de Paranavaí. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 11.772 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Paranapoema:

Breve histórico: No ano de 1952, foi fundada a Vila de Paranapoema em área pertencente a uma Empresa Colonizadora. Nesta região, os patrimônios criados foram implantados nas porções altas dos terrenos, com declividade relativamente amenizada. A fertilidade da terra atraiu emigrantes de todas as partes, principalmente, São Paulo, Minas Gerais e Nordeste, que vieram atraídos pelo cultivo abundante do café. Criado pela Lei Estadual nº 4844, de 06 de março de 1964 desmembrando-se dos Municípios de Inajá e Paranacity. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 2.791 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Planaltina do Paraná:

Breve histórico: Criado pela Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, e instalado em 12 de novembro de 1961, desmembrando-se de Paranavaí. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 4.095 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Porto Rico:

Breve histórico: Porto Rico possui um grande acontecimento que é a festa de Nossa Senhora dos Navegantes. A capacidade do porto torna-se insuficiente para receber as dezenas de pequenos barcos, vindos de todas as cidades e ilhas vizinhas para participar desta homenagem. As terras da ilha são férteis e nela os ilhéus plantam arroz, banana e feijão. Nas partes mais altas, estão as "posses" dos sitiantes que levam para lá parte de seus rebanhos bovinos. Criado pela Lei Estadual nº 4.738, de 05 de julho de 1963, foi instalado em 21 de abril de 1964, desmembrando-se de Loanda. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 2.530 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Presidente Castelo Branco:

Breve histórico: A colonização do Município de Presidente Castelo Branco se deve à Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná em meados deste século. Sua formação e desenvolvimento estão intrinsicamente associados ao ciclo da expansão cafeeira do Estado do Paraná. Mais tarde, as plantações de café foram

gradativamente sendo substituídas pelas lavouras de milho, trigo, soja e algodão. Criado pela Lei Estadual nº 4.992, de 21 de dezembro de 1964, e instalado em 29 de novembro de 1965, desmembrando-se de Mandaguari. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 4.784 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Querência do Norte:

Breve histórico: O processo de colonização que ocorreu intensamente na década de 50, promovido por empresas de colonização, definiu o traçado urbano da sede do Município de Querência do Norte. Em abril de 1953, já chegavam os primeiros colonos vindos principalmente do Rio Grande do Sul. A economia do Município é predominantemente agrícola e os solos apresentam boa produtividade e aptidão para as mais diversas culturas. Criado pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi instalado oficialmente em 05 de dezembro de 1955, desmembrando-se de Paranavaí. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 11.729 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Santa Cruz de Monte Castelo:

Breve histórico: O início do povoamento de Santa Cruz do Monte Castelo se deu por volta de 1951 quando a Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz planejou, demarcou e dividiu as terras de sua propriedade em datas, sítios, chácaras e fazendas, obedecendo a um plano pré-estabelecido diferente daqueles existentes. A denominação do Município foi a união da primeira Companhia Imobiliária - Santa Cruz e de Monte Castelo, em homenagem aos pracinhas brasileiros que lutaram na Itália durante a 2ª Guerra Mundial. Criado pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi instalado em 30 de novembro de 1955, desmembrando-se de Paranavaí. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 8.092 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Santa Isabel do Ivaí:

Breve histórico: Entre 1948 e 1950, um grupo de desbravadores resolveu constituir uma companhia territorial com a finalidade de lotear e povoar a Gleba 19. A empresa recebeu a denominação de Companhia Imobiliária Colonizadora Santa Izabel do Ivaí. O loteamento seguiu um plano técnico previamente traçado, iniciando-se a venda das datas o que levou para o patrimônio grande fluxo de migrantes tanto no perímetro urbano como na zona rural. Criado pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi instalado em 25 de novembro de 1955, desmembrando-se de Paranavaí. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 8.760 habitantes. (IBGE, 2011)

Santa Mônica:

Breve histórico: O início da colonização do Município de Santa Mônica ocorreu com a aquisição das terras por pioneiros junto ao Estado do Paraná em janeiro de 1951. A chegada das famílias foi imediata. Atraídos pela riqueza das terras, onde cultivariam o café e outros cereais, vieram de todas as regiões do País, principalmente do Nordeste. A origem do nome do Município representa uma homenagem à filha de um dos pioneiros que se chamava Mônica. Criado pela Lei Estadual nº 9233, de 26 de abril de 1990, e instalado em 01 de janeiro de 1993, desmembrando-se de Santa Izabel do Ivaí. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 3.571 habitantes. (IBGE, 2011)

Santo Antonio do Caiuá:

Breve histórico: A Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná deu início à implantação do povoado de Santo Antônio do Caiuá em dezembro de 1951. Etimologicamente, Caiuá provém do guarani "cai" "guara", ou seja, o que habita nos montes. Caiuá, Caaguá ou Cainguás são variantes do nome dos índios guaranis da margem esquerda do rio Paraguai. Criado pela Lei Estadual nº 4338, de 25 de janeiro de 1961, e instalado em 25 de novembro do mesmo ano, desmembrando-se de São João do Caiuá. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 2.727 habitantes. (IBGE, 2011)

São Carlos do Ivaí:

Breve histórico: Por volta do ano de 1950, chegaram a São Carlos do Ivaí os primeiros compradores de lotes, onde já se encontravam alguns pioneiros. Era o início do povoado. Com a chegada dessa gente, foi aberta, em 1951, a primeira rua e construída meia dúzia de casas de madeira no perímetro urbano do patrimônio. O desenvolvimento foi rápido e fazendas de café e imensas plantações de cereais surgiram no entorno da povoação. Criado pela Lei Estadual nº 4565, de 14 de janeiro de 1956, e instalado em 14 de dezembro do mesmo ano, desmembrando-se de Paraíso do Norte e Tamboara. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 6.354 habitantes. (IBGE, 2011)

São João do Caiuá:

Breve histórico: A Empresa Colonizadora Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná marcou e mediu uma área para criação de um patrimônio em 1951. Era o início de São João do Caiuá. Demarcada a área, aberta a estrada de acesso e

definido seu perímetro urbano, inicia-se a chegada dos pioneiros vindos de diversas regiões do País atrás das terras que prometiam fartura e produtividade. Já em 1954, iniciava-se a construção do Campo do Pouso. Discutiram os moradores a respeito da denominação a ser dada à cidade. Dentre outros nomes listados, escolheram São João do Paraíso, que só não foi instalado por haver outro município mais antigo com o mesmo nome, optando-se então por São João do Caiuá. Criado pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954 e instalado em 17 de dezembro de 1955, desmembrando-se de Alto Paraná. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 5.911 habitantes. (IBGE, 2011)

#### São Pedro do Paraná:

Breve histórico: Criado pela Lei Estadual nº 4788, de 29 de novembro de 1963, e instalado em 14 de dezembro de 1964, desmembrando-se de Loanda e Porto Rico. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 2.491 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Tamboara:

Breve histórico: O Município de Tamboara foi fundado em 1947 pela Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão. A colonização do Município deu-se em função da vinda de agricultores paulistas, mineiros, baianos e alguns catarinenses. Esta ocupação ocorreu rapidamente tanto na zona urbana como na zona rural. As grandes matas deram lugar as lavouras cafeeiras, em sua maior parte, não deixando, no entanto, de terem sua importância as outras lavouras. Criado pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, e instalado em 26 de novembro de 1955, desmembrando-se de Paranavaí. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 4.664 habitantes. (IBGE, 2011)

#### Uniflor:

Breve histórico: Estendendo sua ação colonizadora, a Companhia de Terras Norte do Paraná avança, abrindo na mata enorme picada desde a Vila Capelinha até o rio Paranapanema. Situado a alguns quilômetros da Vila Capelinha escolheram um local para fundação de uma nova vila e deram o nome de "Patrimônio Uniflor". Em 1950, as terras uniflorenses já estavam divididas e, em outubro deste ano, chegou o primeiro morador que iniciou o desbravamento e construiu a primeira casa, dando início ao povoamento. Criado pela Lei Estadual nº 4.338, de 25 de janeiro de 1961, foi instalado em 15 de novembro de 1961, desmembrando-se de Nova Esperança. (PARANACIDADE, 2011)

População em 2010: 2.466 habitantes. (IBGE, 2011)

Todos os 27 (vinte e sete) questionários enviados aos comandantes de DPM para a pesquisa de campo retornaram respondidos.

Os questionários utilizados foram idênticos para todos os entrevistados e foram compostos de 19 (dezenove) questões fechadas e abertas sobre variados temas envolvendo os problemas enfrentados pelos entrevistados no exercício da função de comandante de DPM.

Após o recebimento dos questionários os dados foram tabulados e passou-se a analisar cada um dos temas individualmente.

Também foram objetos de consulta para o presente estudo a Carta Magna Federal e a Estadual, as legislações federal e estadual pertinentes, a doutrina jurídica e técnica, publicações em jornais e revistas especializadas e Internet.



## 7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 7.1 EXPOSIÇÃO DA PRIMEIRA QUESTÃO PROPOSTA

O primeiro tema se propôs a obter a opinião dos comandantes de DPM sobre a quantidade de policiais-militares no DPM e as dificuldades geradas em razão da eventual defasagem, bem como foi questionado acerca de como são solucionadas ou minimizadas as dificuldades resultantes dessa defasagem. É importante destacar que a falta de reposição criteriosa de efetivo gera a defasagem, e o emprego do policiamento em suas diversas missões de forma contínua gera diversos problemas, os quais inevitavelmente são enfrentados pelos comandantes de DPM.

Saliente-se ainda que a atividade de policiamento ostensivo e o atendimento de ocorrências são trabalhos contínuos da Polícia Militar, ou seja, não podem sofrer solução de continuidade por qualquer motivo, seja aos domingos e feriados ou nos dias normais da semana, bem como nos horários noturnos, sempre deverá haver um policial-militar de plantão, não importando se o outro que compartilha a mesma escala de serviço está doente, em férias ou frequentando curso.

Na pesquisa de campo foi perguntado aos entrevistados se na opinião de cada um a quantidade de policiais militares existentes no DPM é inferior ao que seria necessário para atender a demanda do serviço de forma eficiente. Nessa questão, foram propostas as respostas “sim” e “não”.

Obtiveram-se 27 respostas “sim”, que atingiram 100% dos entrevistados. Isso demonstra que todos os DPM da pesquisa estão com defasagem de efetivo.

Na sequência da questão foi perguntado se a eventual defasagem de efetivo gera alguma dificuldade e para que fossem essas apontadas, e os resultados seguem expostos conforme a tabela abaixo:

TABELA 1 – DIFICULDADES GERADAS EM RAZÃO DA DEFASAGEM DE EFETIVO NA OPINIÃO DOS CMT DE DPM DA ÁREA DO 8º BPM

DIFICULDADES APONTADAS	Nº DE CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE	PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE
Sobrecarga de escalas de serviço para os PM	18	66,66%
Dificuldade para abordagem de suspeitos em razão do PM trabalhar sozinho	9	33,33%
Prejuízo no atendimento ao público	9	33,33%
Dificuldade para dispor de efetivo para a realização de operações policiais e policiamento em eventos	9	33,33%
Dificuldade com a segurança do PM trabalhando sozinho	7	25,92%
Falta de motivação do PM em razão da sobrecarga de trabalho	4	14,81%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Verifica-se que a maior dificuldade gerada em relação à defasagem de efetivo é a sobrecarga do PM com mais escalas de serviço, pois como já explanado, com o número reduzido de policiais o período de descanso do PM é sacrificado para o serviço não sofrer solução de continuidade.

Constata-se também que em virtude da defasagem e para manter o serviço em condições de efetividade, acaba-se por colocar o PM para trabalhar sozinho o que gera preocupações com a segurança do PM, bem como gera insatisfação e falta de motivação do PM para o trabalho.

Por fim, ficou demonstrado que o número reduzido de PM aliado à falta de motivação do PM em razão da sobrecarga de trabalho decorrente, ocasiona prejuízo à prestação de serviço ao público.

Ainda como complemento da questão proposta aos entrevistados, foi perguntado como são solucionadas ou minimizadas as dificuldades decorrentes da defasagem de efetivo, e os resultados obtidos podem ser vistos na tabela abaixo:



**TABELA 2 – MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM DA ÁREA DO 8º BPM PARA SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES GERADAS EM RAZÃO DA DEFASAGEM DE EFETIVO**

<b>MEDIDAS APONTADAS</b>	<b>Nº DE CMT DE DPM QUE QUE APONTARAM ESSA MEDIDA</b>	<b>PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA MEDIDA</b>
Solicitação de Apoio ao DPM mais próximo para atendimento de ocorrências de vulto e policiamento em eventos especiais	14	51,85%
O comandante do DPM passa a concorrer à escala de serviço para suprir claros da escala	8	29,62%
Aumento de escalas extraordinárias para os PM	6	22,22%
Solicitação de apoio à subunidade/escalon superior	3	11,11%
Apoio da comunidade	1	3,70%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Constata-se que a maioria dos comandantes de DPM (51,85% dos entrevistados) diante da defasagem de efetivo e para suprir as necessidades decorrentes dos serviços diários, recorre ao apoio do DPM vizinho mais próximo para tentar suprir tal demanda, ou seja, os comandantes de DPM unem forças para cumprir a missão da Polícia Militar, bem como conclui-se que as demais medidas apontadas, em que pesem ser as possíveis em face da competência dos comandantes de DPM em questão, também são paliativas e não constituem solução definitiva para o problema.

## 7.2 EXPOSIÇÃO DA SEGUNDA QUESTÃO PROPOSTA

O segundo tema da pesquisa de campo refere-se à questão de viatura. Foram pesquisadas as dificuldades geradas pela falta de viaturas próprias da polícia militar e como os comandantes agem para superar tais problemas.

A questão foi proposta motivada pelo fato de que houve época, já remota, em que a PM trabalhava com viaturas alheias e até faltavam viaturas em alguns destacamentos.

A pesquisa de campo mostrou que este problema foi solucionado, pois todos os DPM pesquisados possuem, atualmente, pelo menos uma viatura própria da corporação.

Obviamente, mesmo naqueles destacamentos onde há viaturas, há alguma dificuldade, pois existem situações em que uma viatura somente pode não suprir a necessidade, como nos casos de operações, viagens, escoltas, baixas para consertos, dentre outras situações.

As perguntas decorrentes da primeira parte dessa questão não foram respondidas pelos entrevistados em razão de todos os DPM possuírem viaturas.

### 7.3 EXPOSIÇÃO DA TERCEIRA QUESTÃO PROPOSTA

A questão do terceiro tema pesquisado trata da presença ou não de rádios de comunicação nas viaturas.

Um das motivações para proposição desta questão foi fato de que há alguns anos foram entregues várias viaturas para os DPM da PMPR, as quais não eram equipadas com rádio de comunicação, tendo várias dessas viaturas sido destinadas a alguns dos DPM que constam da pesquisa. Entretanto, conforme resultado obtido na pesquisa, atualmente todas as viaturas dos DPM pesquisados possuem rádio de comunicação, já que essas viaturas foram aos poucos sendo equipadas com rádios de viaturas antigas que iam sendo inutilizadas e descarregadas.

Em termos de comunicação via rádio, atualmente, o sistema ainda é analógico, existindo bases fixas, moveis e portáteis.

É necessário haver os três tipos de base, a fixa instalada na estrutura do destacamento para as comunicações rotineiras e de longa distância. As móveis, instaladas nas viaturas, indispensáveis, e as portáteis, que são os HT, rádios de mão, para uso do policial quando este não estiver na base ou na viatura.

A falta dessa estrutura gera com certeza problemas para o comandante. Na pesquisa ficou demonstrado que as viaturas estão equipadas. Quando há falta do equipamento, falha, ou alcance insuficiente, os comandantes adotam posturas próprias para resolver ou minimizar as consequências, como lançar mão da comunicação via telefonia móvel (celular).

#### 7.4 EXPOSIÇÃO DA QUARTA QUESTÃO PROPOSTA

A manutenção das viaturas foi o tema da quarta pergunta do questionário de campo. Foi indagado se os comandantes já tiveram alguma dificuldade para realizar manutenção das viaturas dos destacamentos.

Cada governo adota um sistema para a gestão de consertos de viaturas. A morosidade não é incomum. Os comandantes não raro têm que correr atrás de conselhos comunitários de segurança, prefeituras e até perante a comunidade para não permitir a baixa da viatura, como se constata na pesquisa de campo.

Nesta questão foi primeiramente perguntado aos comandantes de DPM se têm ou já tiveram alguma dificuldade para realizar a manutenção das viaturas, sendo propostas as respostas “sim” e “não”, e o resultado foi que 26 dos 27 entrevistados responderam “sim”, numa proporção de 96,29% para resposta “sim”, pelo que pode se concluir que a dificuldade para realizar a manutenção de viaturas atinge a maioria dos DPM.

Na sequência da questão, os entrevistados foram instados a apontar que tipos de dificuldades enfrentam em relação à manutenção de viatura. Os resultados obtidos foram que 17 (62,96%) entrevistados disseram que os recursos são insuficientes; 6 (22,22%) disseram que há demora para autorização dos reparos; 2 (7,40%) disseram que a dificuldade se dá por conta das oficinas autorizadas serem distantes da sede do DPM; e 1 (3,70%) apontou dificuldade para substituição de pneus. Com isso pode-se, concluir que o grande problema para a manutenção adequada e necessária de viaturas, reside na insuficiência de recursos para tal finalidade.

Questionados acerca das medidas adotadas para solucionar ou minimizar as dificuldades em relação à manutenção de viatura, os resultados foram os seguintes: 14 (51,85%) entrevistados disseram que se valem do apoio da prefeitura do município para realizar consertos de viaturas; 9 (33,33%) entrevistados disseram que se valem do apoio da comunidade local para realizar consertos de viaturas; 8 (29,62%) entrevistados disseram que se valem do apoio do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) local para realizar conserto de viaturas; 6 (22,22%) entrevistados disseram que se valem do apoio de outros órgãos públicos para conserto de viaturas; e 1 (3,70%) entrevistado disse que empresta viatura de outro DPM quando tem problemas com a manutenção da viatura. Isso demonstra que

praticamente quase todos os comandantes de DPM recorrem a outros meios para suprir a insuficiência de recursos para conserto de viatura, e buscam esse apoio junto à comunidade e principalmente junto a outros órgãos públicos, com destaque para as prefeituras municipais, citadas por 51,85% dos entrevistados como colaboradoras nesse sentido.

## 7.5 EXPOSIÇÃO DA QUINTA QUESTÃO PROPOSTA

O abastecimento de viaturas, certamente, é uma questão que traz ou já trouxe algum problema para os comandantes resolverem.

As formas de aquisição do combustível pelo Estado são aquelas previstas na lei das licitações.

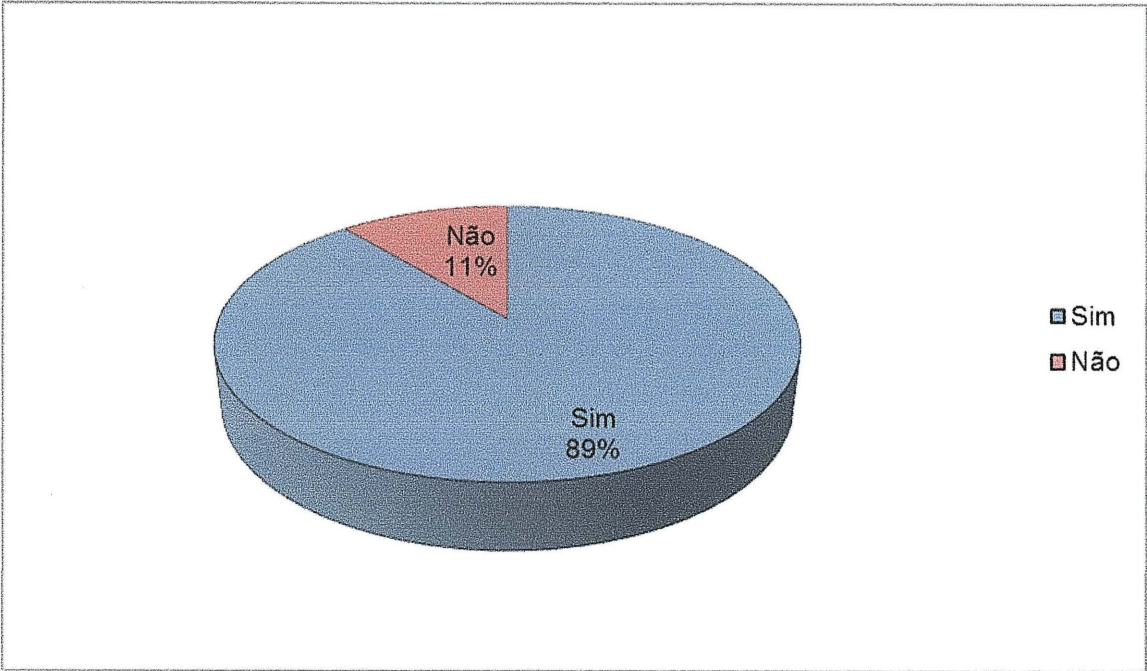
Ocorre que a lei exige determinados requisitos que nem sempre o único posto da cidade possui e, assim, a licitação se torna deserta ou o comandante depende de abastecimento em cidade vizinha.

Por sua vez, as cotas de combustível recebidas nem sempre são bastante suficientes para o atendimento da demanda, especialmente quando aumenta a necessidade de deslocamentos.

Nesta questão, foi perguntado aos entrevistados se têm ou já tiveram alguma dificuldade com o abastecimento de combustível das viaturas, sendo propostas as respostas “sim” e “não”, e o resultado foi que 24 (89%) entrevistados responderam “sim” e 3 (11%) entrevistados responderam “não”, como se demonstra no gráfico abaixo:



GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DOS COMANDANTES DE DPM QUE RESPONDERAM QUE TÊM OU TIVERAM ALGUMA DIFICULDADE COM O ABASTECIMENTO DE VIATURA.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Verifica-se que grande parte dos comandantes de DPM enfrenta problemas com abastecimento de viatura, ou seja, uma considerável maioria dos entrevistados (89%) enfrenta essa dificuldade.

Neste tema foi também proposto aos entrevistados para que apontassem que tipos de dificuldades envolvem o tema abastecimento de viatura, e os resultados podem ser conferidos na tabela abaixo:

TABELA 3 – DIFICULDADES APONTADAS PELOS CMT DE DPM DA ÁREA DO 8ºBPM EM RELAÇÃO AO ABASTECIMENTO DE VIATURAS

DIFICULDADES APONTADAS	Nº DE CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE	PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE
Demora no repasse de cotas de recursos para os fornecedores	18	66,66%
Recursos insuficientes	5	18,51%
Fornecedor credenciado fica em outro município	4	14,81%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A constatação decorrente desses resultados é que a maior dificuldade em relação ao abastecimento de viatura enfrentada pelos comandantes de DPM reside na questão da demora no repasse de cotas de recursos para os fornecedores, sendo esta apontada por 18 entrevistados, numa proporção de 66,66%. Foi também apontado por 5 (18,51%) entrevistados o fato dos recursos insuficientes serem causa de dificuldades e apontada por 4 (14,81%) entrevistados a dificuldade do fornecedor credenciado ficar em outro município. Entretanto, é a demora no repasse das cotas que mais se apresenta como dificuldade para os entrevistados.

Acerca desse tema foi sondado junto aos entrevistados sobre as medidas adotadas para solucionar ou minimizar as dificuldades referentes ao abastecimento de viaturas. Os resultados podem ser visualizados na tabela abaixo:

TABELA 4 – MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM DA ÁREA DO 8ºBPM PARA SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO ABASTECIMENTO DE VIATURAS

MEDIDAS APONTADAS	Nº DE CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA MEDIDA	PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA MEDIDA
Abastecimento da viatura na sede do Batalhão	17	62,96%
Racionalização e redução do uso da viatura em patrulhamentos	8	29,62%
Apoio da Prefeitura para abastecimento	5	18,51%
Apoio do Conseg para abastecimento	2	7,40%
Abastecimento da viatura na sede da Cia PM	1	3,70%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Diante dos 17 (62,96%) entrevistados que afirmaram que recorrem à sede do Batalhão para abastecer a viatura quando estão com dificuldades em seu DPM, pode se concluir que a maioria dos comandantes de DPM utiliza-se desse meio saneador. Porém, é também verificado que uma parte dos comandantes de DPM, adota medidas de controle de consumo e de utilização da viatura, uma vez que 8 (29,62%) entrevistados disseram que racionalizam e reduzem o uso da viatura em patrulhamentos.



Ficou demonstrado também que alguns comandantes de DPM se valem do apoio de outros órgãos para abastecer as viaturas, já que 5 (18,51%) disseram contar com o apoio da Prefeitura do Município e 2 (7,40%) disseram contar com o apoio do Conseg local.

## 7.6 EXPOSIÇÃO DA SEXTA QUESTÃO PROPOSTA

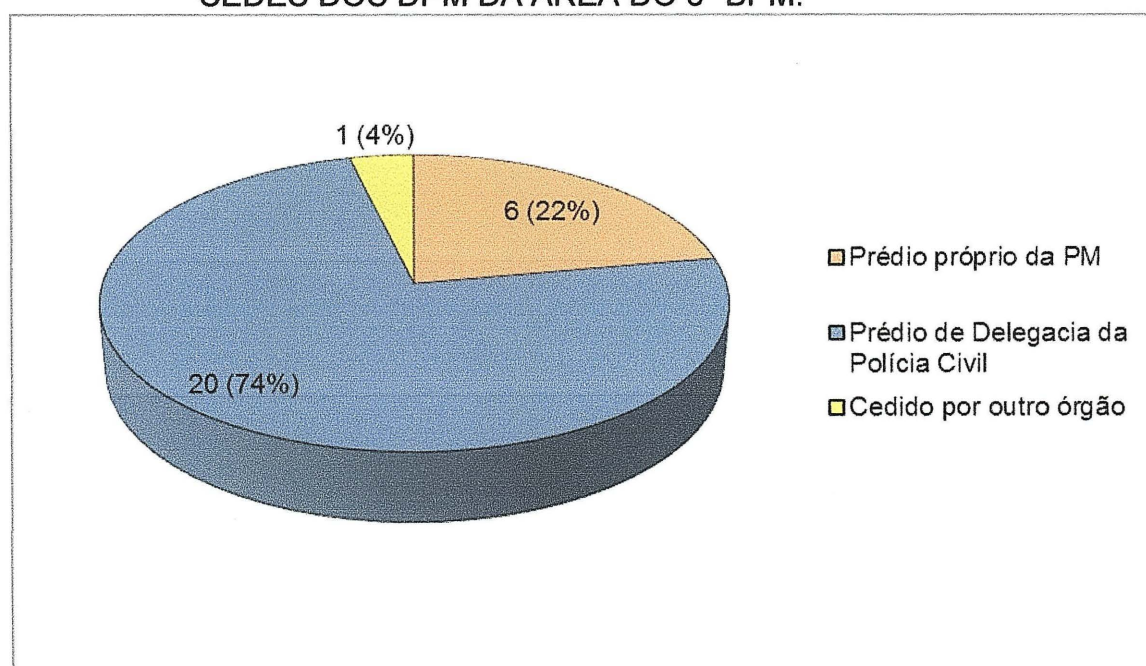
A sexta questão propõe-se a sondar problemas relativos às instalações dos DPM. Há casos em que a Polícia Militar não tem prédio próprio. Em alguns casos o DPM situa-se nas delegacias e também há situações de prédio emprestado ou alugado.

É sabido que o ideal é que o destacamento seja instalado em prédio próprio, com boa manutenção e em boa localização.

A conjugação em prédios com a Polícia Civil já causou problemas de diversas naturezas, inclusive a confusão de funções e a necessidade de vigia de presos provisórios.

Na proposição feita aos entrevistados sobre em que tipo de prédio está instalado o DPM os resultados podem ser visualizados no gráfico abaixo:

**GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE PRÉDIOS ONDE ESTÃO INSTALADAS AS SEDES DOS DPM DA ÁREA DO 8º BPM.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Diante dos dados apontando que dos 27 destacamentos pesquisados, 20 estão instalados em prédio de Delegacia da Polícia Civil perfazendo 74% dos DPM, que 1 DPM funciona em prédio cedido por outro órgão, e que somente 6 DPM dentre os pesquisados funcionam em prédio próprio da Polícia militar, numa proporção de 22% do tal, conclui-se que a maior parte dos DPM pesquisados, ou seja, 78%, não funcionam em prédio próprio, o que segundo os entrevistados acarreta diversas dificuldades como as elencadas na tabela a seguir:

TABELA 5 – DIFICULDADES APONTADAS PELOS CMT DE DPM EM RAZÃO DA SEDE DO DPM NÃO ESTAR INSTALADA EM PRÉDIO PRÓPRIO DA POLÍCIA MILITAR

DIFICULDADES APONTADAS	Nº CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE	PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE
Dificuldade com recursos para a manutenção das instalações	7	25,92%
Solicitação de serviços específicos de Polícia Civil junto à Polícia Militar	5	18,51%
Custódia de presos provisórios da carceragem da Delegacia	5	18,51%
Inadequação das instalações	2	7,40%
Convivência com funcionários alheios ao serviço policial	2	7,40%
Perda da Identidade da Polícia Militar	1	3,70%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Como demonstram os resultados, pode-se constatar que a maior parte dos comandantes de DPM enfrentam dificuldades com os recursos necessários para a manutenção dos prédios que, no caso em questão, pertencem à Polícia Civil, o que inviabiliza a obtenção de recursos junto à Polícia Militar, tendo essa dificuldade sido apontada por 7 entrevistados perfazendo 25,92% do total. Entretanto, em proporção parecida foram apontadas outras duas dificuldades que merecem destaque, pois acabam dificultando o serviço operacional do PM, e cada uma delas foi citada na sequência por 5 entrevistados na proporção de 18,51% do total, que apontaram a solicitação de serviços específicos de Polícia Civil junto à Polícia Militar e custódia de presos provisórios da carceragem de delegacia, como dificuldades geradas em



função da Polícia Militar estar ocupando o espaço pertencente à Polícia Civil e não o espaço próprio.

Foi também elencada, como dificuldade, por 2 (7,40%) entrevistados a inadequação das instalações e também por 2 (7,40%) entrevistados a convivência com funcionários alheios ao serviço policial, já que em algumas delegacias existem funcionários de outros órgãos também ocupando aqueles espaços.

Entre os entrevistados, 5 disseram não enfrentar dificuldades mesmo diante do fato do prédio onde funciona o DPM não ser próprio da Polícia Militar, perfazendo 18,51% do total de entrevistados.

Muito embora tenha sido citada por apenas um dos entrevistados, é interessante destacar a percepção do entrevistado, que chama atenção para fato de que, ao estar ocupando um prédio alheio à sua imagem a Polícia Militar perde a sua identidade.

Ainda neste tema, como resposta à proposição para que fossem apontadas as medidas para solucionar ou minimizar as dificuldades decorrentes, obteve-se os resultados demonstrados na tabela abaixo:

TABELA 6 – MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM PARA SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES EM RAZÃO DA SEDE DO DPM NÃO ESTAR INSTALADA EM PRÉDIO PRÓPRIO DA POLÍCIA MILITAR

MEDIDAS APONTADAS	Nº DE CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA MEDIDA	PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA MEDIDA
Busca de recursos junto à Polícia Civil para manutenção das instalações	4	14,81%
Gestões junto ao Judiciário da Comarca para evitar presos nas Delegacias onde funciona o DPM	4	14,81%
Esclarecimento à comunidade sobre o papel da Polícia Militar quando instada a atuar como Polícia Civil	3	11,11%
Apoio de recursos de outros órgãos para manutenção das instalações	2	7,40%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Neste tópico, nem todos os entrevistados se manifestaram a respeito das medidas para solucionar ou minimizar eventuais dificuldades em função do prédio do

DPM não pertencer à Polícia Militar, sendo que 13 (48,14%) se manifestaram e 14 (51,85%) se abstiveram.

Observa-se então que, neste caso, as medidas apontadas pelos comandantes de DPM foram variadas, tendo se concentrado na busca de recursos junto à Polícia Civil para manutenção das instalações (4 entrevistados, 14,81%), em gestões junto ao Judiciário da Comarca para evitar presos nas Delegacias onde funciona o DPM (4 entrevistados, 14,81%), em esclarecimento à comunidade sobre o papel da Polícia Militar quando instada a atuar como Polícia Civil (3 entrevistados, 11,11%) e no apoio de recursos de outros órgãos para manutenção das instalações (2 entrevistados, 7,40%).

Portanto verifica-se, que em face das dificuldades apontadas pelos entrevistados que ocupam prédios de delegacia e em face das medidas adotadas para solução ou minimização, ainda continuam recaindo, mesmo que informalmente e de forma indireta, sobre o comandante de destacamento algumas atribuições que eram atinentes à função de Sargento Gestor de Delegacia, sendo oportuno salientar que a mencionada função foi extinta em 20 de setembro de 2007, quando o STF (Supremo Tribunal Federal) julgou procedente a ADI nº 3614-9 (Ação direta de inconstitucionalidade) tornando inconstitucional o Decreto nº 1557/2003 do Estado do Paraná.

## 7.7 EXPOSIÇÃO DA SÉTIMA QUESTÃO PROPOSTA

O sétimo item estudado é em relação à estrutura física do destacamento. Trabalhar em um local agradável e confortável influencia nos resultados e até mesmo no comportamento dos funcionários. Todavia nem todos os destacamentos do universo da pesquisa se encontram em boas condições.

Apesar de haver prédios novos, há casos de destacamentos situados em casas de madeira e outros em uma pequena sala no interior de uma delegacia.

A insuficiência de destinação orçamentária para reformas e manutenção gera casos em que os policiais se obrigaram a exercer o trabalho em instalações por vezes muito modestas.

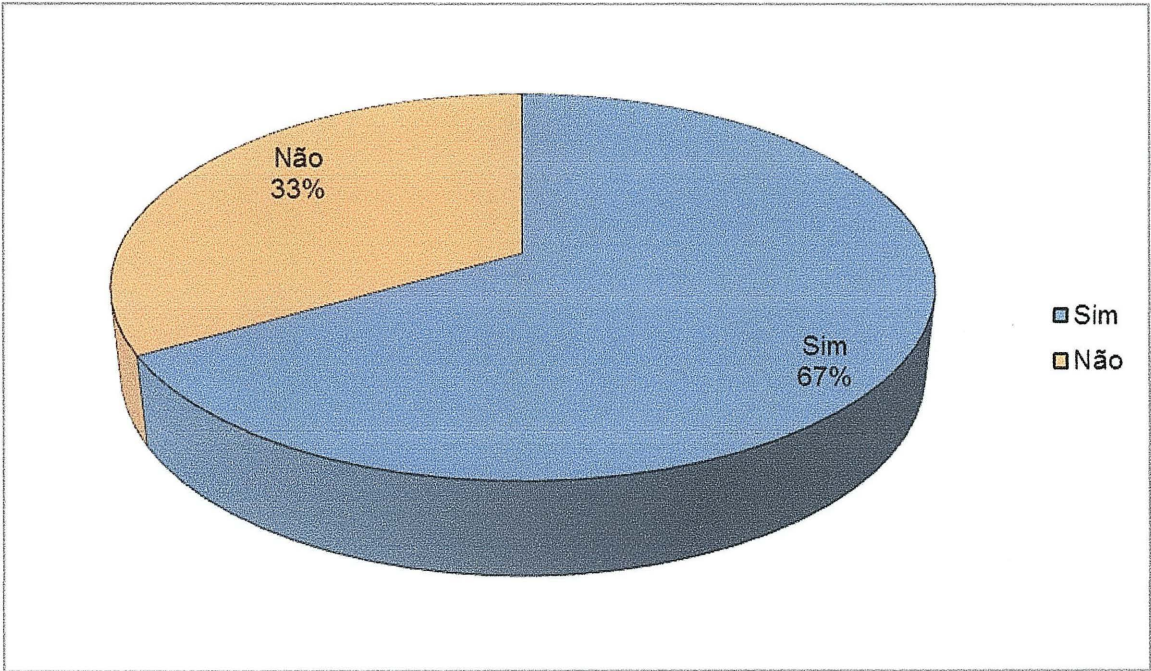
Quando se fala em estrutura física, não se refere somente ao prédio, mas também aos móveis.



Ocorre que em muitos casos os móveis são velhos e, apesar de atenderem a necessidade, deixam a desejar em questões estéticas.

Sobre este tema foi perguntado aos entrevistados se têm ou tiveram alguma dificuldade em relação à estrutura física do prédio do DPM, sendo propostas as respostas “sim” e “não”, e a maioria dos entrevistados apontou o “sim” como resposta num total de 18 entrevistados, perfazendo 67 % do total, contra 9 entrevistados que responderam “não”, num total de 33%, como pode ser visualizado no gráfico.

GRÁFICO 3 - PROPORÇÃO DOS COMANDANTES DE DPM QUE RESPONDERAM QUE TÊM OU TIVERAM ALGUMA DIFICULDADE EM RELAÇÃO À ESTRUTURA FÍSICA DO PRÉDIO DO DPM.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Observa-se que não foram todos os entrevistados que responderam ter alguma dificuldade em relação à estrutura física do prédio do DPM, porém a maioria, num total de 18 entrevistados que corresponde a 67% dos entrevistados, respondeu que enfrenta essa dificuldade, e ao ser proposto para que apontassem que tipos específicos de dificuldades relacionadas a esse tema enfrentavam, 15 entrevistados, num total de 55,55% apontaram a falta de recursos para manutenção do prédio como principal dificuldade a esse respeito. Outros dois entrevistados (7,40%) apontaram como dificuldade o fato de o prédio ser antigo, e outros dois

entrevistados (7,40%) apontaram como dificuldade o fato de as instalações serem inadequadas, até mesmo em questões de higiene.

Interpelados acerca de como são solucionadas ou minimizadas essas dificuldades, 8 entrevistados (29,62%) disseram recorrer ao apoio da prefeitura do município para viabilizar a manutenção da estrutura física do prédio, 3 entrevistados (11,11%) disseram recorrer à Polícia Civil para viabilizar a manutenção da estrutura física do prédio, 2 entrevistados (7,40%) disseram contar com apoio de outros órgãos públicos para viabilizar a manutenção da estrutura física do prédio, 2 entrevistados (7,40%) disseram contar com apoio da comunidade para viabilizar a manutenção da estrutura física do prédio, um entrevistado (3,70%) disse contar com o apoio do Conseg para viabilizar a manutenção da estrutura física do prédio.

Conclui-se que em relação a esse tema, as dificuldades dos comandantes de DPM residem na falta de recursos para manutenção da estrutura física do prédio, e os que têm esse problema recorrem a diferentes órgãos para solução ou minimização, e mais uma vez destacam-se as prefeituras dos municípios como órgão colaborador nesse sentido.

## 7.8 EXPOSIÇÃO DA OITAVA QUESTÃO PROPOSTA

A oitava questão também estuda a comunicação, mas desta feita o alvo do questionário de campo perante o universo de respondentes foi a existência de linha telefônica fixa.

A presença de uma linha telefônica fixa própria da Corporação é fato preponderante para o bom desempenho, tanto dos trabalhos administrativos, como dos operacionais. Além de servir para comunicação com os canais superiores e com os demais destacamentos, serve como canal de contato com a comunidade.

Em algumas situações o número do telefone da polícia é o mais importante país naquele momento.

A maioria dos destacamentos tem pelo menos uma linha telefônica fixa à disposição.

Foi perguntado quais DPM possuem linha telefônica fixa e funcionando, e todos os entrevistados responderam que seus respectivos DPM possuem tal recurso funcionando, e em razão dessa resposta não foram elencadas dificuldades decorrentes da falta de linha telefônica fixa, bem como, não foram elencadas

eventuais medidas a serem adotadas para solução ou minimização, já que não foi constatado qualquer problema a esse respeito.

## 7.9 EXPOSIÇÃO DA NONA QUESTÃO PROPOSTA

Foi pesquisado na nona pergunta se o município possui sinal de telefonia celular. A chegada do sinal de telefonia móvel permitiu aos comandantes disponibilizar um ramal de telefone celular na viatura de área, colocando assim uma possibilidade de contato direto entre a população e a polícia, uma vez que na maioria dos destacamentos não há plantão de atendimento telefônico na base.

Todos os entrevistados responderam que seus respectivos DPM possuem tal recurso, e em razão dessa resposta não foram elencadas dificuldades decorrentes da falta desse serviço, bem como não foram elencadas eventuais medidas a serem adotadas para solução ou minimização, uma vez que não foi constatado qualquer problema a esse respeito.

## 7.10 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUESTÃO PROPOSTA

A existência de computadores disponíveis para o serviço policial foi alvo da décima pesquisa.

Hoje, a grande maioria dos destacamentos possui algum tipo de equipamento de informática, a maioria proveniente de doações de órgãos públicos ou da própria comunidade, ou seja, é senso comum o conhecimento de que em nível de pequenos destacamentos, os equipamentos não vieram do erário estatal. Há casos de comandantes que, não tendo recebido o computador, trabalham com o seu equipamento pessoal.

Foi perguntado aos entrevistados se no DPM existe computador disponível para uso no serviço policial, e que pertença ao patrimônio da Polícia Militar, sendo propostas as respostas “sim” e “não”, tendo apenas um entrevistado (3,70%) respondido “sim”, ou seja, 26 entrevistados perfazendo 96,29% responderam “não”, o que estabelece que 96,29% dos DPM pesquisados não contam com computador pertencente à PMPR.

Na segunda parte da questão, os entrevistados elencaram as dificuldades ocasionadas pela falta de computadores da corporação, tendo 18 (66,66%)

entrevistados afirmado que isso ocasiona dificuldades para realizar serviços administrativos, e 5 (18,51%) entrevistados afirmado que isso ocasiona dificuldades para acesso e consultas na intranet.

Na sequência da questão foi proposto aos entrevistados para que apontassem as medidas para solução ou minimização das dificuldades em razão da falta de computador da corporação disponível para o serviço e os resultados obtidos foram que 8 (29,62%) dos entrevistados disseram que utilizam computador particular no serviço, 7 (25,92%) dos entrevistados disseram que buscaram apoio da prefeitura do município para viabilização de computadores, 4 (14,81%) dos entrevistados disseram que utilizam o computador da Polícia Civil, 3 (11,11%) dos entrevistados disseram que foi obtido computador junto a outros órgãos públicos, 2 (7,40%) dos entrevistados disseram que foi obtido o equipamento com apoio da comunidade, 1 (3,7%) dos entrevistados disse que foi obtido o equipamento com o apoio do Conseg local e 1 (3,70%) dos entrevistados disse que utiliza o computador do DPM mais próximo.

Conclui-se que as dificuldades ocasionadas pela falta de um computador são significativas, mas os comandantes de DPM buscam minimizar essas dificuldades com criatividade e esforço, vindo alguns a disponibilizar o próprio bem particular para o serviço e outros buscando apoio externo à corporação para suprir essa deficiência, e mais vez destaca-se o apoio das prefeituras municipais como solução para dificuldades enfrentadas pelos comandantes de DPM.

#### 7.11 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA PRIMEIRA QUESTÃO PROPOSTA

A manutenção dos destacamentos foi objeto da décima primeira questão. A única verba que o destacamento recebe é a cota de combustível. Assim, não recebe verba dos fundos e nem das licitações diretas.

Isso gera diversos problemas, e nesta questão 26 (96,29%) dos entrevistados responderam “sim” quando perguntados se enfrentam ou já enfrentaram alguma dificuldade em relação à aquisição ou conserto de material de expediente, tendo somente 1 (3,70%) dos entrevistados respondido “não” a essa pergunta. Os 26 entrevistados que responderam “sim” para a pergunta foram unânimes ao elencar a falta de recursos como dificuldade enfrentada em relação a esse tópico.



No rol de soluções foram elencados: por 14 (51,85%) dos entrevistados o apoio da prefeitura do município para o fornecimento dos materiais; por 5 (18,51%) dos entrevistados o apoio de outros órgãos para o fornecimento dos materiais; por 5 (18,51%) dos entrevistados o apoio do Conseg local para o fornecimento dos materiais; por 4 (14,81%) dos entrevistados o apoio da comunidade para o fornecimento dos materiais; e 1 (3,70%) dos entrevistados disse obter os materiais necessários com recursos próprios.

Com isso, conclui-se que a falta de recursos para aquisição dos materiais de expedientes e informática é a maior, senão a única, dificuldade em relação a esse tema, porém de solução não tão fácil, pois envolve recursos financeiros, e conclui-se também que a maior parte dos comandantes de DPM recorre à prefeitura do seu município para suprir essa deficiência.

## 7.12 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA SEGUNDA QUESTÃO PROPOSTA

A Internet é uma ferramenta que pode ser usada para alcançar melhores resultados na vida das pessoas e também na administração de uma empresa.

A Intranet da PMPR é o caminho percorrido por intermédio da Internet que permite ao policial chegar a diversos conhecimentos úteis, tanto na área administrativa, quanto na área operacional.

Pela intranet podem ser acessados diversos tipos de informações úteis ao trabalho policial.

A ausência da intranet, portanto, priva o policial de uma ferramenta importante.

Na pesquisa foi informado pelos entrevistados que em 17 destacamentos se dispõe do serviço de internet e intranet instalados totalizando 62,9% dos municípios pesquisados. Foi também informado que em 9 destacamentos se dispõe somente do serviço de Internet, perfazendo 33,33% dos municípios entrevistados, bem como foi informado que em 1 dos destacamentos não se dispõe de qualquer um dos dois serviços.

Foi pesquisado que a falta de algum desses serviços gera algumas dificuldades, tendo essas sido apontadas pelos entrevistados da seguinte maneira: 10 (37,03%) dos entrevistados apontaram dificuldade para realizar consultas de dados de pessoas suspeitas; 10 (37,03%) dos entrevistados apontaram dificuldade

para consultar dados referentes a veículos (furto/roubo/débitos) e condutores; 6 (22,22%) dos entrevistados apontaram dificuldade de comunicação por meio eletrônico com as seções da sede da OPM e 4 (14,81%) dos entrevistados apontaram dificuldade para digitação do BOU (boletim de ocorrência unificado).

As medidas reportadas pelos entrevistados para solução ou minimização foram as seguintes: utilização do serviço disponível do DPM mais próximo, reportada por 5 entrevistados; utilização de telefone para consultas de dados à sede da Cia ou OPM, reportada por 5 entrevistados; Instalação de Internet recursos particulares do PM, reportada por um entrevistado.

A falta desses serviços geram dificuldades significativas, porém estão sendo contornadas pelos comandantes de DPM com criatividade.

### 7.13 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA TERCEIRA QUESTÃO PROPOSTA

A presença de estrutura do Poder Judiciário no município foi sondada nesta pergunta, na qual foi informado que em apenas 2 municípios, 7,40% do total pesquisado, existe estrutura desse Poder, e em 25 municípios, 92,59% do total pesquisado, não existe estrutura desse Poder.

Isso muitas vezes traz algumas dificuldades ao trabalho policial, sendo apontadas pelos entrevistados as seguintes: falta de acesso das pessoas ao poder judiciário acaba fazendo com que procurem a PM para assuntos daquele órgão, apontada por 11 entrevistados, perfazendo 40,74% do total entrevistado; necessidade de deslocamentos constantes à sede da comarca, apontada por 5 entrevistados, perfazendo 18,51% do total entrevistado; e 8 entrevistados se abstiveram sobre esse item da questão, perfazendo 29,62% do total entrevistado.

No item destinado à descrição das medidas para solução ou minimização das dificuldades, os resultados foram os seguintes: 11 entrevistados, perfazendo 40,74% do total, disseram orientar o público em como ter acesso ao poder judiciário; e 3 entrevistados, perfazendo 11,11% do total, disseram que adotam a racionalização dos deslocamentos até a sede da comarca.

Conclui-se que em relação a esse tema os comandantes de DPM enfrentam dificuldade quando são procurados pela população local para assuntos relativos àquele poder, mas têm minimizado o problema com orientação à população.

#### 7.14 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUARTA QUESTÃO PROPOSTA

A presença de estrutura do Ministério Público no município foi sondada nesta pergunta, sendo informado que em apenas 2 municípios, 7,40% do total pesquisado, existem estrutura desse Poder, e em 25 municípios, 92,59% do total pesquisado, não existe estrutura desse órgão.

Isso muitas vezes traz algumas dificuldades ao trabalho policial, sendo apontadas pelos entrevistados as seguintes: falta de acesso das pessoas ao Ministério Público acaba fazendo com que procurem a PM para assuntos daquele órgão, apontada por 14 entrevistados, perfazendo 51,85% do total entrevistado; necessidade de deslocamentos constantes à sede da comarca, apontada por 3 entrevistados, perfazendo 11,11% do total entrevistado; falta de apoio presencial de um representante do órgão quando necessário, apontado por 1 entrevistado, perfazendo 3,70% do total entrevistado; e 7 entrevistados se abstiveram sobre esse item da questão, perfazendo 25,92% do total entrevistado.

No item destinado à descrição das medidas para solução ou minimização das dificuldades os resultados foram os seguintes: 13 entrevistados, perfazendo 48,14% do total, disseram orientar o público em como ter acesso ao Ministério Público; 3 entrevistados, perfazendo 11,11% do total, disseram que adotam a racionalização dos deslocamentos até a sede da comarca; e 2 entrevistados, perfazendo 7,40% do total, disseram manter contato frequente via telefone com o representante do Ministério Público da comarca.

Ficou demonstrado que em relação a esse tema os comandantes de DPM enfrentam dificuldade quando são procurados pela população local para assuntos relativos àquele órgão, mas têm minimizado o problema com orientação à população.

#### 7.15 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUINTA QUESTÃO PROPOSTA

A presença de estrutura da Polícia Civil no município foi sondada nesta pergunta, sendo informado que em apenas 2 municípios, 7,40% do total pesquisado, existe estrutura desse órgão policial, e em 25 municípios, 92,59% do total pesquisado, não existe estrutura desse órgão policial.

Isso muitas vezes traz algumas dificuldades ao trabalho policial, sendo apontadas pelos entrevistados as seguintes: solicitação de serviços específicos de Polícia Civil junto à Polícia Militar, apontada por 14 entrevistados, perfazendo 51,85% do total entrevistado; necessidade de deslocamentos à sede da delegacia regional para autuação de presos em flagrante delito, apontada por 11 entrevistados, perfazendo 40,74% do total entrevistado; custódia de presos provisórios da carceragem da Delegacia, apontado por 1 entrevistado, perfazendo 3,70% do total entrevistado; e 1 entrevistado se absteve sobre esse item da questão, perfazendo 3,70% do total entrevistado.

No item destinado à descrição das medidas para solução ou minimização das dificuldades os resultados foram os seguintes: 9 entrevistados, perfazendo 33,33% do total, disseram solicitar apoio de outro DPM próximo para suprir eventual atendimento da ausência da equipe; 7 entrevistados, perfazendo 25,92% do total, disseram que orientam e esclarecem a comunidade sobre o papel das polícias; e 7 entrevistados, perfazendo 25,92% do total, disseram que prestam atendimento ao público no que possível dentro da legalidade.

Observa-se que em relação a esse tema os comandantes de DPM enfrentam dificuldades quando são procurados pela população local para assuntos relativos à Polícia Civil, e é inevitável que isso aconteça, pois, como já visto, a maioria das Delegacias de Polícia é ocupada por PM, o que acaba sobrecarregando os policiais-militares locais com outras funções alheias às suas atribuições. Entretanto, os comandantes de DPM, por meio de ações proativas e com orientação à população, têm minimizado os problemas enfrentados.

#### 7.16 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA SEXTA QUESTÃO PROPOSTA

A realização de eventos foi pesquisada nesta questão.

Para a realização de um evento específico, diversas variáveis podem ser apontadas: presença de público (quantidade e qualidade), local (aberto ou fechado), estrutura (pré-existente ou montada), sonorização, estacionamento, presença de menores, horário (diurno ou noturno), entre outros.

Enfatize-se que para efetivação legal de um evento são necessários diversos tipos de licença, junto ao Corpo de Bombeiros, Prefeitura Municipal, Polícia Civil, entre outros.

Na emissão de alvarás, os órgãos, analisam previamente se o evento se enquadra nos ditames legais propostos.

Essas licenças são necessárias para garantir a segurança dos frequentadores e da comunidade em geral.

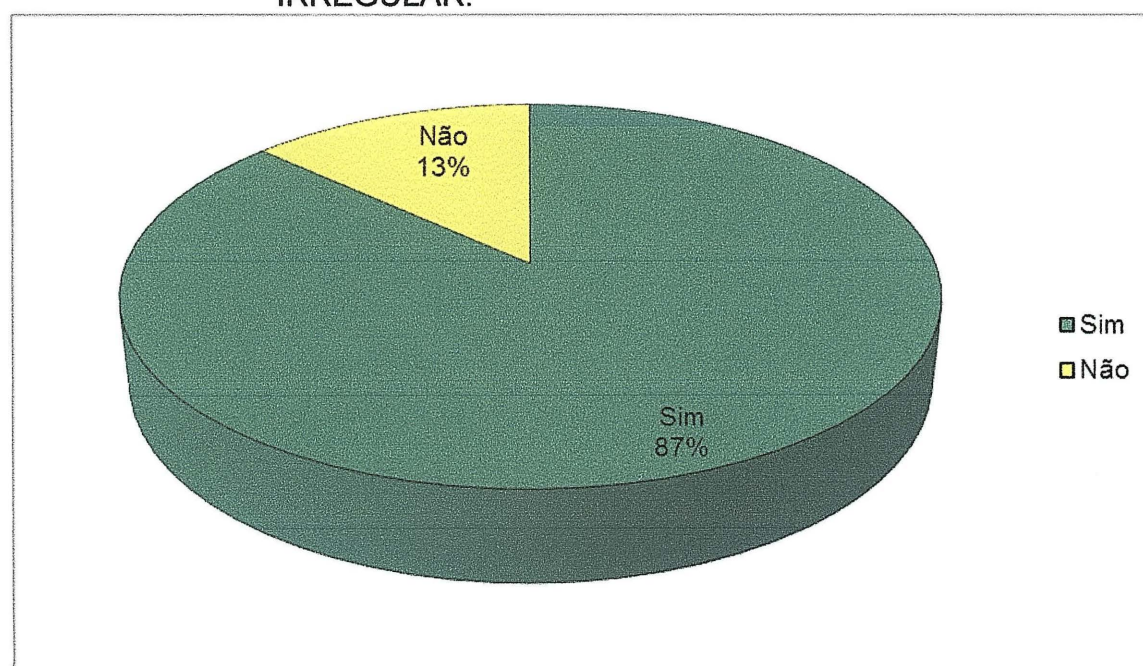
Nos destacamentos muitos eventos são realizados sem as devidas licenças.

Algumas vezes o poder político local é quem promove o evento. Há casos de particulares promoverem eventos irregularmente com apoio político, visando lucro em detrimento da comunidade.

Há casos também de eventos beneficentes que se enquadram em condições similares.

Isso tem gerado problemas aos comandantes como se verifica na pesquisa, na qual foi perguntado ao entrevistado se já enfrentou alguma dificuldade em relação a eventos (shows, rodeios, bailes, etc.) realizados de forma irregular, sem a devida autorização ou sem consulta às autoridades competentes, sendo propostas as respostas “sim” e “não”, e o resultado obtido foi que 21 entrevistados responderam “sim”, perfazendo 87% do total entrevistado, e 6 entrevistados responderam “não”, como pode ser visto no gráfico.

**GRÁFICO 4 - PROPORÇÃO DOS COMANDANTES DE DPM QUE RESPONDERAM JÁ TER ENFRENTADO ALGUMA DIFICULDADE EM RELAÇÃO A EVENTOS (SHOWS, RODEIOS, BAILES, ETC) REALIZADOS DE FORMA IRREGULAR.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



Isso demonstra que a maior parte dos comandantes de DPM já se deparou com problemas advindos da realização de eventos irregulares, o que gera sobrecarga aos serviços da PM, além de vários outros problemas decorrentes.

Acerca das dificuldades geradas por eventos realizados de forma irregular a pesquisa revelou que: 19 entrevistados, perfazendo 70,73% do total, apontaram o aumento de reclamações por perturbação do sossego com dificuldade decorrente para o serviço; 16 entrevistados, perfazendo 59,25% do total, apontaram dificuldade para disponibilizar efetivo que não estava previsto, a fim de fiscalizar o evento, como problema decorrente; 13 entrevistados, perfazendo 48,14 % do total, apontaram número maior de ocorrências naquele evento específico, no qual não foram cumpridos os requisitos técnicos e legais, em relação a outros eventos em que foram cumpridos todos os requisitos, como causa de dificuldade; e 2 entrevistados apontaram outras duas dificuldades, sendo elas a dificuldade em orientar previamente o efetivo sobre o policiamento do evento, e dificuldade para planejamento de interdição de ruas, quando necessário.

TABELA 7 – DIFICULDADES APONTADAS PELOS CMT DE DPM EM RELAÇÃO A EVENTOS REALIZADOS DE FORMA IRREGULAR, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU SEM CONSULTA ÀS AUTORIDADES COMPETENTES

DIFICULDADES APONTADAS	Nº DE CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE	PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE
Aumento de reclamações por perturbação do sossego	19	70,37%
Dificuldade para disponibilizar efetivo que não estava previsto, a fim de fiscalizar o evento.	16	59,25%
Número maior de ocorrências naquele evento específico, onde não foram cumpridos os requisitos técnicos e legais, em relação a outros eventos em que foram cumpridos todos os requisitos	13	48,14%
Outras	2	7,40%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



Com os resultados obtidos pode-se observar que a realização de eventos sem a prévia autorização e cumprimento dos requisitos legais geram reflexos diretos à atuação da polícia, e mais precisamente para a atuação da Polícia Militar, dos pequenos municípios, pois é uma das poucas senão a única autoridade local sobre a qual irá recair a responsabilidade pelos efeitos negativos de um evento dessa natureza.

Como medidas com o fito de minimizar as consequências dessas dificuldades, foram elencadas pelos entrevistados o seguinte: 9 entrevistados, perfazendo 33,33% do total, apontaram a solicitação de auxílio do DPM mais próximo; 7 entrevistados, perfazendo 25,92% do total, apontaram a realização, quando possível, do policiamento no local do eventos a fim de coibir as perturbações; 6 entrevistados, perfazendo 22,22% do total, apontaram a orientação aos organizadores do evento sobre a maneira correta para a regularização; e 2 entrevistados, perfazendo 7,40% do total, apontaram a realização de contato com outros órgãos com a incumbência de fiscalizar o evento.

**TABELA 8 – MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM PARA SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO A EVENTOS REALIZADOS DE FORMA IRREGULAR, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU SEM CONSULTA ÀS AUTORIDADES COMPETENTES**

<b>SOLUÇÕES APONTADAS</b>	<b>Nº DE CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA SOLUÇÃO</b>	<b>PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA SOLUÇÃO</b>
Solicitação de auxílio do DPM mais próximo	9	33,33%
Realização quando possível do policiamento no local do evento a fim de coibir as perturbações	7	25,92%
Orientação aos organizadores do evento sobre a maneira correta para regularização	6	22,22%
Realização de contato com outros órgãos com a incumbência de fiscalizar o evento	2	7,40%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Constata-se, com isso, que os eventos realizados de forma irregular sobrecarregam demasiadamente a atividade policial no pequeno município, que em

razão do já reduzido quadro efetivo, vive de envidar esforços para atender as demandas habituais, mas como se constatou na pesquisa os comandantes de DPM, procuram de diversas maneiras minimizar esse impacto na atividade policial.

#### 7.17 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA SÉTIMA QUESTÃO PROPOSTA

Em grande parte dos destacamentos há casos em que o policial trabalha sozinho. Apesar de o município ser pequeno e em muitos casos não possuir agência bancária, há agências dos Correios e casas lotéricas, as quais possuem bandeiras bancárias. Além disso, existem as agências de arrecadação de contas. Tais serviços trabalham com dinheiro e podem atrair criminosos.

Na pesquisa foi constatado que em todos os 27 municípios pesquisados existem agências dos correios e casas lotéricas, e em 10 dos municípios pesquisados existem também agências de arrecadação de pagamentos, o que sem dúvida aumenta o risco de atividade criminosa nesses municípios.

As dificuldades em relação a isso foram apontadas pelos comandantes da seguinte forma: 20 entrevistados, perfazendo 74,07% do total, apontaram sobrecarga para o policiamento preventivo, devido ao risco inerente; 6 entrevistados, perfazendo 22,22% do total, apontaram também a sobrecarga para o policiamento preventivo em razão do horário de funcionamento desses estabelecimentos, que se estende além do horário bancário; e um dos entrevistados se absteve nesse item da questão.

Quanto às medidas para solucionar ou minimizar as dificuldades foi apontado o seguinte: 23 entrevistados, perfazendo 85,18% do total, disseram que intensificam na medida do possível o policiamento na área dos estabelecimentos; e 9 entrevistados, perfazendo 33,33% do total disseram que orientam o responsável sobre medidas preventivas de segurança.

É importante ressaltar o tema desta questão, pois nos pequenos municípios têm sido registrados vários crimes de furto e roubo contra estabelecimentos do tipo destes aqui citados.



7.18 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA OITAVA QUESTÃO PROPOSTA

A interferência política no serviço policial foi alvo da presente questão.

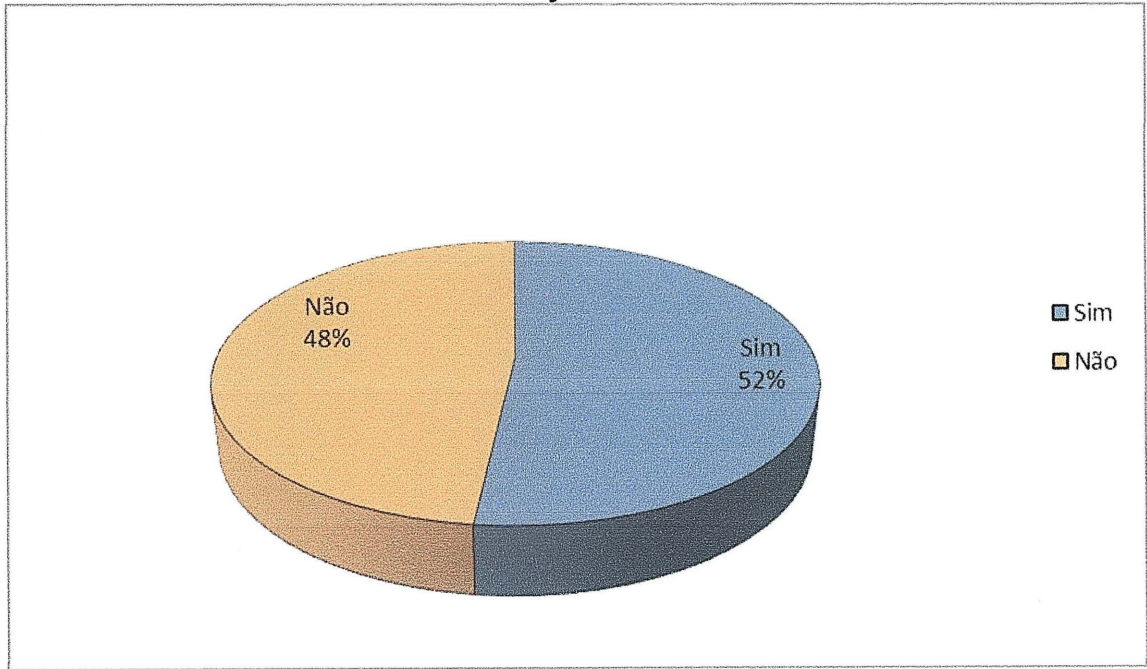
Quanto à política partidária, ela é a forma de organização do país. Sendo assim, muitas vezes se torna parte da instituição chamada democracia. É, portanto, republicana.

O serviço policial interessa a muita gente. Não fosse assim, não haveria tanto programas policiais de sucesso no rádio e na televisão.

Pela interferência político-partidária, muitos policiais já foram transferidos até mesmo de forma injusta. Há casos de interferência em serviços de trânsito, o famoso “quebra multa”.

Na questão sobre esse tema foi perguntado aos entrevistados se em algum momento enfrentou dificuldade em razão de interferência político-partidária local no serviço policial, sendo propostas as respostas “sim” e “não”, tendo 14 entrevistados, perfazendo 52% do total, respondido “sim” e 13 entrevistados, perfazendo 48% do total, respondido “não”.

GRÁFICO 5 - PROPORÇÃO DOS COMANDANTES DE DPM QUE RESPONDERAM TER ENFRENTADO DIFICULDADE EM RAZÃO DE INTERFERÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA LOCAL NO SERVIÇO POLICIAL.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Ficou demonstrado que a maioria, 52%, dos entrevistados já enfrentou interferência político-partidária no serviço policial, e isso gera algumas dificuldades para os comandantes de DPM, e como resultado da sondagem da pesquisa os entrevistados elencaram basicamente duas dificuldades envolvendo interferência de políticos locais no serviço, sendo uma relacionada ao serviço de trânsito e a outra nas demais situações de serviço em geral, tendo 12 entrevistados, 44,44% do total, apontado o pedido de liberação de veículos retidos e questões envolvendo notificações de trânsito, como uma das dificuldades; e 3 entrevistados, 11,11% do total, apontado a interferência em outros atos de serviço e na relação do PM com a comunidade.

**TABELA 9 – DIFICULDADES APONTADAS PELOS CMT DE DPM EM RELAÇÃO À INTERFERÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA LOCAL NO SERVIÇO POLICIAL**

<b>DIFICULDADES APONTADAS</b>	<b>Nº DE CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE</b>	<b>PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA DIFICULDADE</b>
Pedido para liberação de veículos retidos e questões envolvendo notificações de trânsito	12	44,44%
Interferência em outros atos de serviço e na relação do PM com a comunidade	3	11,11%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A pesquisa apontou que a área ligada ao serviço de fiscalização de trânsito é a que sofre mais tentativas de interferência de políticos nos pequenos municípios, o que acaba por gerar problemas a serem administrados pelo comandante de DPM.

Na sondagem a respeito de como são solucionadas ou minimizadas as dificuldades decorrentes de interferências políticas no serviço policial, obtiveram-se os seguintes resultados: 10 entrevistados, 37,03% do total, disseram que realizam a orientação do político acerca da legalidade dos atos praticados pelo PM e da competência da autoridade política; 3 entrevistados, 11,11% do total, disseram que procedem à comunicação do fato ao escalão superior; e 2 entrevistados, 7,40% do total, disseram que procedem ao encaminhamento imediato de veículos apreendidos ao pátio conveniado da Ciretran.



**TABELA 10 – MEDIDAS APONTADAS PELOS CMT DE DPM PARA SOLUCIONAR OU MINIMIZAR AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO À INTERFERÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA LOCAL NO SERVIÇO POLICIAL**

<b>SOLUÇÕES APONTADAS</b>	<b>CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA SOLUÇÃO</b>	<b>PROPORÇÃO DOS CMT DE DPM QUE APONTARAM ESSA SOLUÇÃO</b>
Orientação do político acerca da legalidade dos atos praticados pelo PM e da competência da autoridade política	10	37,03%
Comunicação do fato ao escalão superior	3	11,11%
Encaminhamento imediato de veículos apreendidos ao pátio conveniado da Ciretran	2	7,40%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Ficou demonstrado que, apesar da dificuldade causada pela interferência do político local no serviço policial, boa parte dos comandantes de destacamento está, de maneira acertada, minimizando esse problema valendo-se do diálogo e da orientação.

#### 7.19 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA NONA QUESTÃO PROPOSTA

Nessa questão, foi proposto aos entrevistados para que apontassem outras dificuldades por ele enfrentadas no desempenho de sua função, e que não haviam sido tratadas no questionário aplicado, e o resultado obtido foi: 13 entrevistados, 48,14% do total, se abstiveram nesse item; 7 entrevistados, 25,92% do total, apontaram dificuldades que já haviam sido elencadas no questionário aplicado; 2 entrevistados apontaram o aumento do uso de entorpecentes por parte dos jovens; 2 entrevistados apontaram que a comunidade deposita toda a responsabilidade da segurança pública na Polícia Militar; 1 entrevistado apontou a insuficiência de fardamento.

No item seguinte da questão, foi proposto aos entrevistados para apontar soluções para minimizar as eventuais dificuldades, e o resultado foi o seguinte: 2 entrevistados disseram que orientam a comunidade sobre o seu papel na segurança

pública; 1 entrevistado disse que adquiriu calçado similar ao do fardamento com recursos próprios; 1 entrevistado disse buscar soluções junto à comunidade para os problemas enfrentados; e os demais entrevistados se abstiveram nesse item.

## 8 CONCLUSÃO

A pesquisa em questão foi buscar os problemas enfrentados pelos comandantes de destacamento da área do oitavo batalhão, para trazer a lume os seus tipos e os seus reflexos na atividade desses profissionais de segurança pública, e com isso buscando também propiciar fonte oficial de consulta sobre esse assunto.

Na pesquisa foram identificados diversos problemas que influenciam diretamente na atividade dos comandantes de destacamento, como os relativos à defasagem de efetivo, insuficiência de recursos para manutenção de viatura, prédios e materiais diversos, sistema de comunicações, informatização, sobrecarga de atribuições impostas à Polícia Militar em razão da ausência de outros órgãos do aparato estatal nos municípios de pequeno porte, interferência político-partidária local no serviço policial, aumento da demanda por segurança pública decorrentes de incremento de atividades antes inexistentes nos pequenos municípios, além de outros que também compõem o presente estudo.

Foram também tratadas na pesquisa as eventuais medidas adotadas pelos comandantes de DPM para a solução ou minimização dos problemas enfrentados.

Constata-se que, dentre os problemas identificados na pesquisa, aqueles que afetam com maior intensidade a atividade policial militar nos DPM são a defasagem de efetivo, a Insuficiência de recursos e a falta de sede própria para o DPM.

Neste sentido, fica demonstrada a necessidade de programas governamentais para recomposição do efetivo, a fim de manter o efetivo mínimo nos DPM, a necessidade de melhoria do sistema de disponibilização de serviços e recursos financeiros para os DPM, pois se constata que os comandantes têm recorrido sistematicamente às prefeituras municipais, Conseg e Comunidade para suprir a carência de recursos básicos para a manutenção da estrutura da Polícia Militar nos pequenos municípios, bem como fica demonstrada a necessidade de implementação de um programa estadual voltado para a construção de prédios próprios para as sedes dos DPM onde a Polícia Militar ainda não os possui.

Ao fim do estudo pode-se verificar que nos pequenos municípios os problemas e as dificuldades são muitos, porém os comandantes de destacamento,

com esforço, por meio de ações proativas e lançando mão da criatividade, têm buscado soluções que mesmo não resolvendo por completo, minimizam os problemas por eles enfrentados, problemas esses que de certa forma não são só deles, mas sim da Corporação como um todo.

## REFERÊNCIAS

BASTIANELLO, Cleberson Braida; SILVA, Pedro Joel Silva da. Ocorrências Envolvendo Perturbação do Sossego Público: Uma Proposta de Ação Fundada na Filosofia de Polícia Comunitária. **Revista Unidade**, Porto Alegre, n. 58, p. 18, jan./abr. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 2 jun. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0667.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm)> Acesso em: 2 jun. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei 2010, de 2 de janeiro de 1994**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2010.htm)> Acesso em: 2 jun. 2011.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 3 ago. 2011.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná, 1989**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAto.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&retiraLista=true>> Acesso em: 30 maio 2011.

PARANÁ. **Lei nº 16.575, de 28 de setembro de 2010. Lei de Organização Básica**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56275&indice=1&totalRegistros=1>> Acesso em: 2 jun. 2011.

PARANÁ. **Paranacidade**. Base de dados – municípios do Paraná. Disponível em: <<http://www.paranacidade.org.br/municipios/municipios.php>> Acesso em: 4 ago. 2011.

PARANÁ. **Polícia Militar**. Articulação da Polícia Militar no Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=701>> Acesso em: 3 ago 2011.

PARANÁ. **Polícia Militar**. Histórico do 8º BPM. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=504>> Acesso em: 3 ago. 2011.

PEPE, Benito. **Ambiente de Trabalho e as Relações Interpessoais**. 2004. Disponível em: <<http://www.benitopepe.com.br/2009/06/13/ambiente-de-trabalho-e-as-relacoes-interpessoais/>> Acesso em: 2 ago. 2011.

TEZA, Marlon Jorge. A Polícia Militar, O Município e a Prevenção. **Revista Unidade**, Porto Alegre, n. 59, p. 11, maio/dez. 2005.

TEZA, Marlon Jorge. Efetivo PM nos Municípios. **Revista Unidade**, Porto Alegre, n. 27, p. 95, jul./set. 1996.

VALLA, Wilson Odirley. **Doutrina de Emprego de polícia militar e bombeiro militar**. 2. ed. Curitiba: AVM, 2004.

WOLOSZYN, André Luís. O Conhecimento e a Inteligência Uma Ferramenta Estratégica. **Revista Unidade**, Porto Alegre, n. 54, p. 24, abr./jun. 2003.



**ANEXOS**

ANEXO 1 - HISTÓRICO DO OITAVO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR.....64

ANEXO 2 – MAPA DA ÁREA DE CIRCUNSCRIÇÃO DO 8º BPM.....65

ANEXO 3 – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....66

## ANEXO 1 – HISTÓRICO DO OITAVO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

### **8º BPM – Histórico**

O 8º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Paranavaí, foi criado pelo Decreto Estadual nº 11.586, de 24 de agosto de 1968, e instalado oficialmente no dia 30 de junho de 1970.

Sua área de atuação abrange a região Noroeste do Estado do Paraná, atingindo as fronteiras com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, atendendo a 34 municípios, sendo:

- 13 pertencentes à 1ª Companhia, com sede em Paranavaí;
- 11 pertencentes à 2ª Companhia, com sede em Loanda; e
- 10 pertencentes à 3ª Companhia, com sede em Nova Esperança.

O 8º Batalhão atende uma população estimada de 300.000 habitantes.

Desenvolve diversas atividades, dentre elas:

- Policiamento radiomotorizado;
- Policiamento de trânsito urbano;
- Policiamento comunitário;
- Patrulha escolar;
- Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência (PROERD);
- Guarda de presídios e cadeias públicas;
- Segurança em eventos esportivos.

Fonte: Polícia Militar do Paraná, 2011.



## ANEXO 3 – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – UFPR/PMPR  
QUESTIONÁRIO

As perguntas do presente questionário têm por objetivo nortear as pesquisas que irão subsidiar a Monografia intitulada **“ESTUDO DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS COMANDANTES DE DESTACAMENTOS DA ÁREA DO 8º BPM”**, requisito imprescindível ao Curso de Especialização em Planejamento em Segurança Pública, promovido pela Universidade Federal do Paraná em convênio com a Polícia Militar do Paraná.

Graduação/Nome: \_\_\_\_\_

Destacamento do Município de: \_\_\_\_\_

Quantidade de policiais militares do DPM incluindo o comandante: \_\_\_\_\_

1. Em sua opinião a quantidade de policiais militares existentes no DPM é inferior ao que seria necessário para atender a demanda do serviço de forma eficiente:

( ) Sim.            ( ) Não.

Em caso de resposta “sim”, isso gera algum tipo de dificuldade, quais:

---



---



---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---



---



---

2. No DPM existe viatura própria da Polícia Militar:

( ) Sim.            ( ) Não.

Em caso de resposta “não”, isso gera algum tipo de dificuldade, qual(s):

---



---



---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---



---



---

3. A viatura PM (se existente no DPM) é equipada com rádio de comunicação móvel:

( ) Sim.            ( ) Não.

Em caso de resposta “não”, isso gera algum tipo de dificuldade, qual(s):

---



---



---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

4. Vossa Senhoria tem ou já teve alguma dificuldade para realizar a manutenção da(s) viatura(s) PM do DPM:

( ) Sim. ( ) Não.

Em caso de resposta “sim”, aponte qual(s) dificuldade(s):

---

---

---

---

Como as dificuldades apontadas foram solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

5. Vossa Senhoria tem ou já teve alguma dificuldade com o abastecimento de combustível das viaturas:

( ) Sim. ( ) Não.

Em caso de resposta “sim”, aponte qual(s) dificuldade(s):

---

---

---

---

Como as dificuldades apontadas foram solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

6. A sede do DPM está instalada em prédio:

- ( ) Próprio da Polícia Militar.
- ( ) Sede de Delegacia de Polícia Civil.
- ( ) Cedido por outro órgão.
- ( ) Locado.

Caso a sede do DPM não seja própria da Polícia Militar, isso acarreta alguma dificuldade, qual(s):

---

---

---

---

Como as dificuldades apontadas foram solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

7. Vossa senhoria teve ou tem alguma dificuldade em relação à estrutura física do prédio do DPM :

( ) Sim. ( ) Não.

Em caso de resposta "sim", aponte qual(s) dificuldade(s):

---

---

---

Como as dificuldades apontadas foram solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

8. O DPM tem telefone fixo instalado e funcionando:

( ) Sim. ( ) Não.

Em caso de resposta "não", isso gera algum tipo de dificuldade, qual(s):

---

---

---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

9. O município possui sinal de telefonia celular de alguma operadora:

( ) Sim. ( ) Não.

Em caso de resposta "não", isso gera algum tipo de dificuldade para o serviço policial, qual(s):

---

---

---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

10. No DPM existe computador disponível para uso no serviço policial, e que pertença ao Patrimônio da Polícia Militar:

( ) Sim. ( ) Não.

Em caso de resposta "não", isso gera algum tipo de dificuldade, qual(s):

---

---

---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

11. Vossa Senhoria enfrentou ou enfrenta alguma dificuldade em relação à aquisição ou conserto de material de expediente e de suprimentos de informática (impressoras, cartuchos de impressão, periféricos, etc.):

( ) Sim. ( ) Não.

Em caso de resposta “sim”, aponte qual(s) dificuldade(s):

---

---

---

---

Como as dificuldades apontadas foram solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

12. O DPM tem instalado alguns dos serviços abaixo:

( ) Internet. ( ) Intranet. ( ) Ambos. ( ) Nenhum deles.

A falta de algum dos serviços acima gera alguma das situações abaixo descritas:

( ) Não gera qualquer dificuldade.

( ) Dificuldade para realizar consultas de dados de pessoas suspeitas.

( ) Dificuldade para consultar dados referentes a veículos (furto/roubo/débitos) e condutores.

( ) Dificuldade de comunicação por meio eletrônico com as seções da sede da OPM.

( ) Outras, aponte:

---

---

---

---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

13. Existe no município estrutura do Poder Judiciário, com pessoal efetivamente lotado:

( ) Sim. ( ) Não.

Em caso de resposta “não”, isso gera algum tipo de dificuldade, qual(s):

---

---

---

---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

---

14. Existe no município estrutura do Ministério Público, com pessoal efetivamente lotado:

(   ) Sim.      (   ) Não.

Em caso de resposta “não”, isso gera algum tipo de dificuldade, qual(s):

---

---

---

---

---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

---

15. Existe no município estrutura da Polícia Civil com Delegado e policiais civis lotados e efetivamente prestando serviços:

(   ) Sim.      (   ) Não.

Em caso de resposta “não”, isso gera algum tipo de dificuldade, qual(s):

---

---

---

---

---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

---

16. Vossa Senhoria já enfrentou alguma dificuldade em relação a eventos (shows, rodeios, bailes, etc.) realizados de forma irregular, sem a devida autorização ou sem consulta às autoridades competentes:

(   ) Sim.      (   ) Não.

Em caso de resposta “sim”, isso acarretou algumas das dificuldades abaixo:

(   ) Aumento de reclamações por perturbação do Sossego.

(   ) Dificuldade para disponibilizar efetivo que não estava previsto, a fim de fiscalizar o evento.

(   ) Número maior de ocorrências naquele evento específico, onde não foram cumpridos os requisitos técnicos e legais, em relação a outros eventos em que foram cumpridos todos os requisitos.

(   ) Outras, aponte:

---

---

---

---

---

Como as dificuldades apontadas foram solucionadas ou minimizadas:



---

---

---

---

17. Assinale abaixo os estabelecimentos existentes no município que além dos bancos realiza serviços bancários e/ou de pagamentos:

- ( ) Agência dos Correios.  
 ( ) Casa Lotérica.  
 ( ) Agência de serviços de Arrecadação de contas (telefone, água, luz, etc.) .  
 ( ) Não existe qualquer tipo de estabelecimento dessa natureza.

Em caso de resposta positiva para um ou mais itens, isso gera algum tipo de dificuldade para o serviço policial, qual(s):

---

---

---

---

Em caso de dificuldades como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

18. Vossa Senhoria em algum momento enfrentou dificuldade em razão de interferência político-partidária local no serviço policial:

- ( ) Sim.      ( ) Não.

Em caso de resposta “sim”, aponte qual(s) dificuldade(s):

---

---

---

---

Como as dificuldades apontadas foram solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---

19. Caso existam, aponte outras dificuldades enfrentadas por Vossa senhoria no desempenho da função de Comandante de DPM, e que não foram mencionadas neste questionário:

Dificuldade(s):

---

---

---

---

Como são solucionadas ou minimizadas:

---

---

---

---